

Carta Económica Municipal - Comércio grossista e Indústria

Márcia Susana de Vieira Crespo

**Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do Território:
Área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território**

Setembro, 2012

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Ordenamento do Território
realizado sob a orientação científica de Doutor Jorge Ferreira e sob co-orientação
de Dra. Maria Adelaide Carranca

"Um indivíduo geográfico não resulta somente das condições geológicas e climáticas. Não é completamente livre das mãos da natureza, mas é um homem que revela a sua individualidade moldando um território para o seu próprio uso. A Geografia tem como missão investigar como as leis físicas ou biológicas que regem o globo se combinam e se modificam ao aplicarem-se às diversas partes da superfície terrestre. A geografia tem como missão especial estudar as expressões cambiantes que existem nos diversos lugares (...) O geógrafo deve buscar o encadeamento e a unidade dos elementos que agem sobre a superfície terrestre. A Terra é o domínio do Homem. Mas é preciso que a humanidade conheça o seu domínio para dele desfrutar e para fazer-se valer. A Geografia tem com função ensinar isso."

Paul Vidal De La Blache

"Quando eu era jovem o meu sonho era tornar-me geógrafo. Entretanto, antes de ingressar no curso superior, quando trabalhei num escritório, numa actividade que envolvia consumidores de diversas partes, comecei a pensar mais profundamente sobre essa questão e concluí que essa disciplina deve ser extremamente complexa e difícil. Após alguma relutância, acabei optando pelo estudo da Física."

Albert Einstein

Agradecimentos

Aos meus pais que me proporcionaram a realização de formação académica, que sempre me apoiaram incondicionalmente e estiveram a meu lado nos melhores e piores momentos. Agradeço a educação, valores e a força para nunca desistir dos meus objectivos.

Ao Jorge pela força de continuar, pelo incentivo e paciência que sempre teve, pelo apoio que sempre demonstrou e pelo positivismo demonstrado.

À família pelo orgulho que sempre demonstraram e a confiança que sempre depositaram.

Aos amigos e amigas que apoiaram e me ouviram nos momentos de mais cansaço, e que sempre me motivaram a seguir.

Ao Dr. Óscar Antunes amigo e colega de faculdade a ajuda prestada e a disponibilidade que sempre teve.

Ao professor Doutor José António Tenedório por ter conseguido uma instituição que me permitisse um estágio curricular.

Ao Doutor Jorge Ferreira pela disponibilidade em orientar o meu relatório, pela paciência que teve em me esclarecer em muitas questões que foram surgindo e pelo apoio prestado.

À Dra. Maria Adelaide Carranca, que aceitou prontamente ser co-orientadora deste relatório e que tive o maior gosto. O seu conhecimento em Planeamento e Ordenamento e a forma de ensinar e passar conhecimento fez-me ter nesta área um especial interesse.

Ao Arquitecto Luís Grave pela possibilidade deste estágio e pelo interessante projecto que me foi proposto.

A toda a equipa na Câmara Municipal de Odivelas que sempre se mostrou disponível e prestável.

A todos e mesmo aqueles que não estão mencionados um muito obrigado.

Relatório de Estágio
Carta Económica Municipal – Comércio grossista e Indústria
Autor: Márcia Susana de Vieira Crespo

[RESUMO]

O presente relatório integra a fase final do Mestrado em Planeamento e Ordenamento do Território, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O tema “Carta Económica Municipal – Indústrias e Comércio grossista” foi proposto pela CMO e surgiu da necessidade de explorar as potencialidades da diversidade económica do concelho, perceber as suas fragilidades, nomeadamente em termos de localização das actividades económicas, produção, pessoal empregado, volumes de vendas, bem como identificar as necessidades do concelho.

Depois de delimitada a área a estudar (concelho de Odivelas) e, embora numa primeira análise se faça o enquadramento no Município e por vezes surjam apontamentos a nível concelhio, foi decidido elaborar uma análise aprofundada e detalhada apenas na sede de concelho – freguesia de Odivelas, devido ao tempo de que dispúnhamos para realizar o trabalho e à necessidade do pormenor e exactidão.

Para a obtenção de resultados recorreu-se à georeferenciação das empresas e posterior análise criando “buffers”.

Das 3333 empresas de comércio grossista e indústria analisadas e nas quais se baseou a representação gráfica/estatística, apenas foram georreferenciadas 2078, sendo que a freguesia de Odivelas apresenta 867 registos, facto que se deve à falta de informação e de exactidão no preenchimento de inquéritos/documentos a que a CMO tem acesso.

No que respeita à georreferenciação das empresas esta é feita por código postal podendo não corresponder, portanto, à localização exacta das mesmas, uma solução possível seria trabalho de campo para levantamento do número de polícia.

Os estudos que têm sido feitos sobre o município de Odivelas (Estudos diagnóstico, Análise Sócio – Económica e Empresarial, Estudos de orientação para o

Planeamento do concelho de Odivelas, PDM, entre outros) têm revelado que os principais problemas para a economia e desenvolvimento do concelho são a existência de tecidos urbanos frágeis, o carácter mono funcional do território (essencialmente residencial), actividades secundárias pouco qualificadas e micro actividades económicas dispersas, principalmente nas AUGI, e a reduzida oferta de espaços infraestruturados e vocacionados para a actividade industrial e o elevado preço dos terrenos.

Como potencialidades para o desenvolvimento e possível investimento no concelho destaca-se o excelente quadro de acessibilidades, um sector de especialização associado ao ramo automóvel, um conjunto de espaços livres ou potenciais para a localização de novas actividades, como o espaço liberto da Cometna (antiga fábrica metalúrgica que ocupava grande área e agora não tem utilização), Quinta dos Cedros e espaço envolvente.

Para este Estágio foi imprescindível a ferramenta de software ArcGis, Word e Excel.

Foram consultados estudos, projectos, estatísticas e apresentações da Câmara Municipal de Odivelas e do INE.

[ABSTRACT]

This report integrates the finals of the Masters in Planning and Regional Planning, Faculty of Social and Human Sciences of the New University of Lisbon. The theme "Economic Charter Hall - and Wholesale Industries" was proposed by the CMO and emerged from the need to explore the potential of economic diversity of the county, understand their weaknesses, particularly in terms of location of economic activity, production, personnel employed, volume sales and identify the needs of the county, to power long-term solutions.

After studying the area bounded (county of Odivelas), and although at first sight the framing is done in the city and sometimes arise notes the municipal level, it was decided to prepare a thorough and detailed only in the county seat - parish

Odivelas because of the time that we had to do the work and the need for detail and accuracy.

To obtain results appealed to the georeferencing of businesses and subsequent analysis by creating "buffers". Of the 3333 companies and industry trade wholesale analyzed and on which was based the graphics / statistics, only 2078 were georeferenced, and the parish of Odivelas has 867 records. This is due to lack of information and accuracy in filling out surveys / documents that the CMO has access. Regarding georeferencing companies this is done by postcode and may not match the exact location of the same, a possible solution would be to survey fieldwork / data collection.

The studies that have been done on the Odivelas (Diagnostic Studies, Socio - Economic and Business Studies, Planning Guidance for the county of Maynooth, PDM, among others) have revealed that the main problems for the economy and development county include the existence of fragile urban fabric, the monofunctional character of the area (primarily residential), secondary activities skilled and micro - economic activities scattered, mainly in AUGI and the limited number of spaces and infra - structured oriented industrial activity and the high price of land. How potentialities for development and investment in the county can highlight the excellent accessibility framework, a sector specialization associated with the automotive industry, a set of open spaces or potential for finding new activities, like space freed from Cometna (former metallurgical factory occupied a large area and now has no use), Quinta dos Cedros and surrounding space. For this internship was essential tool softwer ArcGis, Word and Excel. Were consulted studies, projects, presentations and statistics of the Municipality of Odivelas and INE.

Índice

Introdução	Pág.2
Capítulo I Objectivos da unidade curricular	
I. 1. Objectivos da unidade curricular	Pág.4
I. 2. A organização e a unidade orgânica de acolhimento de estágio	Pág.4
I. 3. A experiência do estágio	Pág.6
I. 4. Estrutura do relatório de estágio	Pág.6
Capítulo II Introdução ao projecto	
II. 1. Enquadramento	Pág.8
II. 2. Breve Caracterização	Pág.8
II. 3. Objectivos	Pág.10
II. 4. Metodologia	Pág.10
Capítulo III Análise por temas sectoriais	
III. 1. Acessibilidades ao concelho de Odivelas	Pág.14
III. 2. Distribuição das empresas – Comércio grossista e Indústria – no concelho de Odivelas	Pág.16
III. 3. Comparação entre as freguesias do concelho – volume de vendas, n. de trabalhadores e ano de constituição	Pág.20
III. 4. Acessibilidades regionais à freguesia de Odivelas	Pág.26
III. 5. Transporte de passageiros	Pág.28
III. 6. Serviço de restauração	Pág.30
III. 7. Enquadramento no ordenamento do território	Pág.32
III. 8. Enquadramento face à RAN	Pág.38
III. 9. Enquadramento face à REN	Pág.40
III. 10. Riscos ambientais	Pág.43
Conclusões	Pág.46
Referências bibliográficas	Pág.49
Índice de Figuras/Índice de Mapas	Pág.52
Anexos	

Introdução

Este relatório apresenta a experiência de um estágio curricular realizado na Câmara Municipal de Odivelas entre Outubro de 2011 e Outubro 2012, no âmbito do Mestrado em Gestão do Território - Planeamento e Ordenamento do Território.

O objectivo deste estágio foi adquirir competências orientadas para o desempenho de actividades profissionais na área da Geografia e, em particular, dos Sistemas de Informação Geográfica para uma especialização em Planeamento e Ordenamento do Território.

Pretendeu-se desenvolver o contacto com situações reais de modo a poder consolidar e alargar conhecimentos teóricos, articulando de forma coerente os conhecimentos conseguidos com a formação académica e aplicá-los a problemas territoriais específicos que possam surgir na prática profissional nas áreas do desenvolvimento do território.

O trabalho desenvolvido foi, por sugestão da Câmara Municipal de Odivelas, a elaboração de uma Carta Económica do Concelho, a qual poderá constituir um importante instrumento para o ordenamento do território municipal.

Com efeito, a Carta Económica, ao fazer o mapeamento das actividades económicas existentes permite conhecer a sua distribuição territorial – eventuais tendências de concentrações e/ou de dispersão – contribuindo assim para um diagnóstico sobre os padrões locativos empresariais no concelho e sobre a articulação entre actividades económicas e outras funções ou especificidades territoriais, permitindo identificar os factores que estão na base das decisões privadas de localização empresarial e que podem ser tão díspares como boas acessibilidades, baixo preço do solo ou a proximidade de actividades semelhantes ou da mesma fileira produtiva.

Para além das suas potencialidades de diagnóstico, este Projecto revela-se também fundamental para uma melhor política de ordenamento municipal enquanto ferramenta para o planeamento da localização de outras funções de apoio às empresas e aos seus trabalhadores, como por exemplo a restauração, ou quanto à

necessidade de desenvolver equipamentos e infraestruturas, nomeadamente acessibilidades.

Por outro lado, também pelo prisma da sustentabilidade e da defesa do solo enquanto recurso, a Carta Económica permitirá identificar situações de localização empresariais que revelem incompatibilidades legais, por exemplo com a REN, a RAN ou com outras áreas de servidão ou de restrição definidas por lei ou em sede de PDM.

Por fim, atendendo a que, tanto quanto foi possível apurar, diversos municípios elaboraram Cartas Educativas e não estudos particulares do sector económico, deve sublinhar-se o carácter inovador deste trabalho, o que por um lado, se traduz na dificuldade de encontrar bibliografia e metodologias de referência, mas, por outro lado, constitui um desafio acrescido ao desenvolvimento do projecto.

O capítulo I do relatório de estágio refere-se aos objectivos da unidade curricular e faz a apresentação da organização receptora e a apresentação da estrutura de relatório.

Quanto ao capítulo II pretende-se que seja o desenvolvimento do relatório de acordo com o tema em estudo. Terá todo o conteúdo trabalhado ao longo do estágio, apresenta conclusões e soluções. Aqui é apresentada a metodologia do estágio, o projecto e o enquadramento do mesmo.

Por fim é elaborada uma conclusão do estudo desenvolvido e ponderações finais.

Capítulo I

I. 1. Objectivos da unidade curricular

É objectivo do estágio aprofundar conhecimentos adquiridos na área de especialização em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território, alcançando capacidades para desenvolver trabalhos de investigação e colaborar na elaboração de instrumentos de desenvolvimento e de planeamento territorial. Quer-se conquistar competências para analisar e para informar as decisões técnicas e políticas no território e para desenvolver estudos na área de planeamento e ordenamento do território. Pretende-se ainda desenvolver conhecimentos na área de especialização e aplicá-los em contextos multidisciplinares, tendo capacidade de trabalhar em equipa, definir e delinear objectivos de trabalho, cumprindo prazos e objectivos.

I. 2. A organização e a unidade orgânica de acolhimento de estágio

O estágio foi efectuado na Câmara Municipal de Odivelas, no departamento da Equipa do Plano Director Municipal, Projectos Especiais e Energia, tendo como orientador o Arquitecto Luís Grave, coordenador da equipa de projecto, com o apoio do Dr. Diogo Barreiras, do departamento SIG's e da Dra. Sofia Monteiro, do departamento das actividades económicas.

O Gabinete de Planeamento Estratégico GPE/EPPDMPEE – Equipa de Projecto do Plano Director Municipal, Projectos Especiais e Energia tem como principais objectivos a gestão da unidade orgânica e coordenação de estudos e projectos de ordenamento e planeamento do território bem como do serviço de informação geográfica.

As tarefas deste núcleo são a gestão do PDM em vigor, gestão municipal da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), processo de elaboração/revisão do PDM, monitorização da execução do PDM, divulgação de informação pública de planeamento estratégico, promoção de participação pública em projectos de desenvolvimento, desenvolvimento do programa de execução do PDM e elaboração das cartas temáticas Municipais.

As tarefas do Núcleo do Serviço de Informação Geográfica são desenvolver e gerir o sistema de informação geográfica municipal, desenvolver produtos de informação geográfica úteis ao do público em geral, prestar serviços especializados de informação geográfica aos serviços municipais, cooperar com as instituições regionais, nacionais e internacionais em projectos de informação geográfica, manter informação e divulgação actualizadas sobre existências e respectivos modos de aplicação ou utilização.

São atribuições da Divisão do Plano Director Municipal:

- Promover a realização de estudos e apoiar a formalização de propostas, em articulação com as diferentes unidades orgânicas municipais, conducentes à definição de estratégias ou planos estratégicos para o desenvolvimento concelhio;
- Assegurar a gestão (processo de elaboração/revisão, implementação e monitorização) do PDM de Odivelas em articulação com o PROT e em observância das Grandes Linhas de Desenvolvimento Concelhio definidas pela Câmara Municipal, garantindo que o mesmo se mantenha permanentemente actualizado e se constitua efectivamente como instrumento de planeamento, regulação e promoção do desenvolvimento do território nas vertentes social, económica e ambiental.
- Garantir e agilizar a eficaz implementação do PDM, promovendo, em articulação ou em conjunto com as diferentes unidades orgânicas municipais, em conformidade com as atribuições respectivas, os processos de elaboração, gestão e monitorização de instrumentos de planeamento e regulação estruturantes e conexos ao PDM, designadamente, entre outros, cartas temáticas ou planos sectoriais, tais como os relativos à Reserva Agrícola Nacional e às redes de equipamentos e espaços públicos, às acessibilidades e ao ambiente e recursos naturais.

- Assegurar procedimentos e mecanismos que operacionalizem as orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal, pelo PDM e instrumentos de planeamento conexos, através da programação sistemática e integrada de acções, nos diferentes componentes territoriais tendentes ao desejado desenvolvimento concelhio.
- Assegurar o acompanhamento e negociação, ao nível estratégico, das intervenções da Administração Central nos domínios dos equipamentos colectivos, biofísico e paisagístico.

I. 3. A experiência do estágio

O estágio curricular tem duração de 12 meses nos quais existem prazos e objectivos de acordo com um plano estruturado com base num tema. Ao longo do estágio surgem problemas e adversidades para os quais é necessário procurar soluções. Esta experiência profissional revela-se uma preparação para o mundo de trabalho no que respeita a prazos, a prioridades, a trabalho em equipa e autonomia.

O estágio está integrado num projecto de equipa, com várias áreas integradas. A equipa de projecto reúne para definir objectivos, discutir metodologias, esclarecer dúvidas que vão surgindo e tentar atingir o maior número de objectivos propostos.

O cumprimento de prazos revela-se difícil sendo este estágio multidisciplinar. Existem pormenores, erros a serem corrigidos e alterações a serem feitas que se vão revelando no decorrer do projecto, sendo necessário por vezes, refazer algum trabalho. Algumas dúvidas vão surgindo, o medo de errar, alguma falta de autoconfiança e independência revelam-se uma dificuldade a ultrapassar. O estágio requer vontade de aprender e explorar mais do que o proposto, superar as dificuldades e adquirir autonomia.

I. 4. Estrutura do relatório de estágio

O relatório de estágio tem uma estrutura semelhante à de um artigo técnico-científico. Deve incluir todos os pormenores importantes do trabalho ainda que alguns

não sejam terminados por não ter sido possível completar procedimentos, apresentando-se as razões pelas quais não foram atingidos estes resultados.

O relatório é apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, para obtenção do grau mestre, mas em simultâneo deverá, desejavelmente, ser também útil à Câmara Municipal de Odivelas.

Actividades do estágio	Actividades/Meses	2011			2012								
		Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
	Pesquisa bibliográfica												
	Preparar cartografia 1:10000; cartografia municipal												
	Identificação dos elementos de caracterização para base de dados georeferenciados												
	Elaboração da Carta Económica com georeferenciação ds registos das empresas												
	Interpretação da Carta Económica												
	Análise cruzada da Carta Económica com dimensões demográficas, sociais, ambientais e de mobilidade												
	Criação de mapas, tabelas e gráficos para análise de estrutura e distribuição do tecido empresarial												
	Análise Final/ Redacção do relatório de estágio												
Entrega e Revisão do Relatório de Estágio													
Acção de formação													

Figura 1) Plano de tarefas do estágio

Fonte: Elaboração própria.

Capítulo II Introdução ao projecto

II. 1. Enquadramento

Odivelas é um dos mais recentes concelhos do país, é sede de concelho desde Novembro de 1998. Dele fazem parte 7 freguesias: Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada, distribuídas numa área de 26,4km² e com uma população de 158 143 habitantes (INE, 2011). O concelho está integrado na Área Metropolitana de Lisboa e faz fronteira com os concelhos de Amadora, Lisboa, Loures e Sintra.

II. 2. Breve Caracterização

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e da Câmara Municipal de Odivelas, em 2011 o território concelhio apresentava uma densidade populacional 6000hab./km², sendo 46 vezes superior à do continente e 11 vezes mais que a Área Metropolitana de Lisboa. Odivelas tem um passado marcado por uma concentração dispersa, profundamente rural sendo que actualmente o território é eminentemente urbano.

Desde a freguesia da Pontinha até à freguesia de Póvoa de Santo Adrião estende-se uma várzea (terreno nas margens do rio (Rio da Costa/Ribeira de Odivelas) que é inundado na época de enchente), passando ainda pelas freguesias de Odivelas e de Olival Basto. É ainda visível solo com características agrícolas, principalmente na freguesia de Caneças.

Considerado como um concelho “dormitório”, Odivelas foi, durante alguns anos influenciado, negativamente, na evolução do sector empresarial, devido à sua localização periférica. Contudo tem-se notado uma evolução do crescimento económico do concelho que se deve ao desenvolvimento de infra-estruturas viárias na Região, e também ao investimento municipal corrigindo alguns problemas de acessibilidade. Geraram-se melhores condições para a criação de investimento e de novas empresas no concelho.

A freguesia de Odivelas destaca-se no que respeita à distribuição de empresas com uma densidade empresarial bastante salientada, seguindo-se as freguesias da Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada.

No concelho as actividades económicas com mais ênfase são: o comércio, a hotelaria, a restauração, a indústria transformadora e a construção civil. Esta última devido ao acelerado crescimento do parque habitacional da AML e, em particular, de Odivelas.

Numa análise mais concreta, o sector identificado como “Outras actividades e serviços”, que engloba actividades de organizações associativas, reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico, e actividades de serviços pessoais e serviços, é o que tem maior relevância no concelho (22,94%) seguido do sector do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (21,57%). Segue-se o sector da construção (10,17%) e o sector que compreende actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (9,77%).

Sucintamente existe em todo o concelho a perda de importância de mercados locais e feiras e a dificuldade de modernização dos estabelecimentos.

O sector da administração pública, a defesa e a segurança social são os principais empregadores do concelho. Existe uma Divisão de Apoio ao Desenvolvimento e Projectos Comparticipados contudo a desarticulação entre os diversos serviços municipais e a escassa oferta de espaços com qualidade para escritórios são dois dos problemas deste sector.

O sector industrial revela problemas no que respeita à economia paralela, ilegalidade e sub - emprego principalmente nas AUGI. As actividades indústrias revelam-se pouco qualificadas e o preço praticado dos terrenos para as indústrias são elevados e pouco estruturados e vocacionados para a actividade industrial.

No concelho a agricultura e silvicultura são sectores relevantes nomeadamente a Escola Agrícola D. Dinis – Paiã, que detém uma exploração agro-pecuária com tradição agrícola e também explorações florestais em Caneças e na Serra da Amoreira.

II. 3. Objectivos do projecto

O projecto de tema “Carta Económica Municipal – Indústrias e Comércio grossista” tem como principal objectivo mapear a localização e permitir analisar a distribuição das empresas no concelho de Odivelas, com a intenção de perceber se existe procura de uma localização estratégica por parte de uma empresa quando esta se pretende sediar no território, se a localização de determinada empresa é legal ou se infringe os diplomas legais de planeamento e de ordenamento do território. Pretende-se perceber se há um padrão de localização consoante os ramos, identificar que tipo de empresa emprega mais o número de trabalhadores e qual apresenta maior o volume de vendas, bem como. E ainda identificar a localização em áreas bem servidas de acessos ou infra-estruturas de apoio, como estacionamento públicos, transportes públicos, etc.

É também objectivo deste trabalho a criação de mapas para visualização da temática (empresas comércio grossista e indústria) em análise, por forma a retirar conclusões e, caso necessário, sugerir soluções para os problemas que venham a ser diagnosticados.

Espera-se que este projecto tenha depois uma continuidade, que possa ser estendido a outras categorias da CAE – Classificação das Actividades Económicas e às restantes freguesias do Concelho.

II. 4. Metodologia

Foram propostas e desenvolvidas com orientação e apoio da CMO as seguintes actividades:

- Pesquisa bibliográfica – Pesquisar/identificar estudos relacionados com o tema em estudo;
- Preparar cartografia 1:10000; cartografia municipal – Preparar base de trabalho onde se vai desenvolver o projecto;

- Identificação dos elementos de caracterização para base de dados georeferenciados – Recolha, análise e preparação de elementos que caracterizem o objecto em estudo;
- Elaboração da Carta Económica com a georeferenciação dos registos das empresas;
- Interpretação da Carta Económica – leitura geográfica, territorial e sectorial do documento, explicando a distribuição do tecido empresarial cruzando com as características das empresas, tais como CAE, volume de vendas, número de trabalhadores e ano de constituição;
- Análise cruzada da Carta Económica com dimensões demográficas, sociais, ambientais e de mobilidade:
 - a. Socioeconomia/demografia (Censos2011) – Estudo de dados sobre população, economia e sociedade de acordo com pesquisas mais recentes/actualizadas, em função com o objecto em estudo;
 - b. Anuário estatístico (pesquisa) – Estudo abrangente efectuado pelo INE que revela diversos elementos estatísticas, especialmente na vertente económica;
 - c. Acessibilidades e transportes (públicos/individuais) – Análise de acessibilidades no concelho e para o concelho, oferta de transportes públicos e uso de transporte individual de acordo com a localização do tecido empresarial/económico;
 - d. Estacionamento (Estudo prospectivo da mobilidade) – Identificar a localização de estacionamento públicos e o seu uso/influência no que respeita à localização das empresas;
 - e. Restauração relacionada com a localização de empresas (serviços pessoais) – Identificar concentração/localização de restaurantes/café/pronto-a-comer;
 - f. Relação com PDM – Analisar localização do tecido empresarial de acordo com as normas do PDM;

g. Consulta a documentos de avaliação de risco Plano Municipal de Emergência/Incêndios florestais – Identificar localização de empresas em estudo de acordo com os planos de risco;

h. Níveis de poluição ambiental (departamento ambiente) – Relacionar os níveis de poluição com a localização do tecido empresarial;

i. REN/RAN – Localização empresarial de acordo com as normas da REN e da RAN;

- Criação de mapas, tabelas e gráficos para análise da estrutura e distribuição do tecido empresarial;
- Análise final/Redacção do Relatório de Estágio
- Entrega e revisão do Relatório de Estágio

É de referir que a localização aproximada ao número de polícia e respectivas consequências sobre o facto de a empresa estar ou não, por exemplo, em área de restrição ou servidão será necessário elaborar um novo mapa mais detalhado com a georreferenciação através do número de polícia.

Contudo esta situação, da não exactidão da localização não prejudica a utilidade do estudo porque, para além de funcionar como caso piloto para a freguesia de Odivelas, o relatório deve ser encarado como um trabalho exploratório em que o objectivo foi fazer uma abordagem geral a várias temáticas, permitindo identificar os casos que, em trabalhos posteriores, merecerão análises mais detalhadas, distinguindo-os daqueles em que não há conflitualidades em termos de uso do solo ou de problemas ambientais.

Esta metodologia evita, assim, uma análise com um grau de detalhe muito elevado (que seria demorada e dispendiosa) para todos os aspectos.

Os mapas presentes no relatório estão numerados individualmente num índice de mapas, não fazendo parte do índice de figuras, devido a questões de formatação e tamanhos A3 em que os mapas do concelho são apresentados, esses também não apresentam paginação mas numeração referente ao mapa.

Ao longo do projecto foram surgindo questões que foram discutidas e analisadas em conjunto com a equipa.

Como já vimos na metodologia, uma das principais questões prendeu-se com a opção de georreferenciação das empresas por número de polícia ou por código postal. Contudo, os dados disponíveis não permitiam, com fiabilidade, a georreferenciação por número de polícia. Algumas empresas preencheram documentação com moradas erradas ou não reconhecidas pelo programa, ou com erro de freguesia tendo sido feita a devida correcção. Devido à georreferenciação por código postal a localização das empresas é representativa e não exacta. Não é, por isso, possível a exactidão dos resultados após análise dos mapas.

As tabelas das empresas sofreram alterações durante o projecto, foram corrigidos dados e alterados alguns resultados, nomeadamente nas empresas a estudar, de acordo com a CAE, e com a correcção de moradas.

Com o decorrer do projecto, concluiu-se que não se podia atribuir uma cor a cada CAE, como tinha sido pensado inicialmente, pelo facto de cada ponto representar mais que uma empresa (todas as que têm o mesmo código-postal), o que resultaria numa escolha aleatória da cor representada, não correspondendo portanto, ao resultado correcto.

Posteriormente decidiu-se utilizar cor nas diferentes secções CAE apenas para análise do PDM, tendo sido produzidos mapas individualizando cada secção.

Para se conseguir resultados mais exactos e precisos seria necessário trabalho de campo, levantamento de dados e inquéritos, o que demoraria tempo superior ao disponível para concluir o estágio.

Capítulo III Análise por temas sectoriais

III. 1. Acessibilidades ao/do concelho de Odivelas

O Concelho de Odivelas articula-se com outros eixos centrais como:

IC22 (Itinerário Complementar 22) – conhecido por Radial de Odivelas;

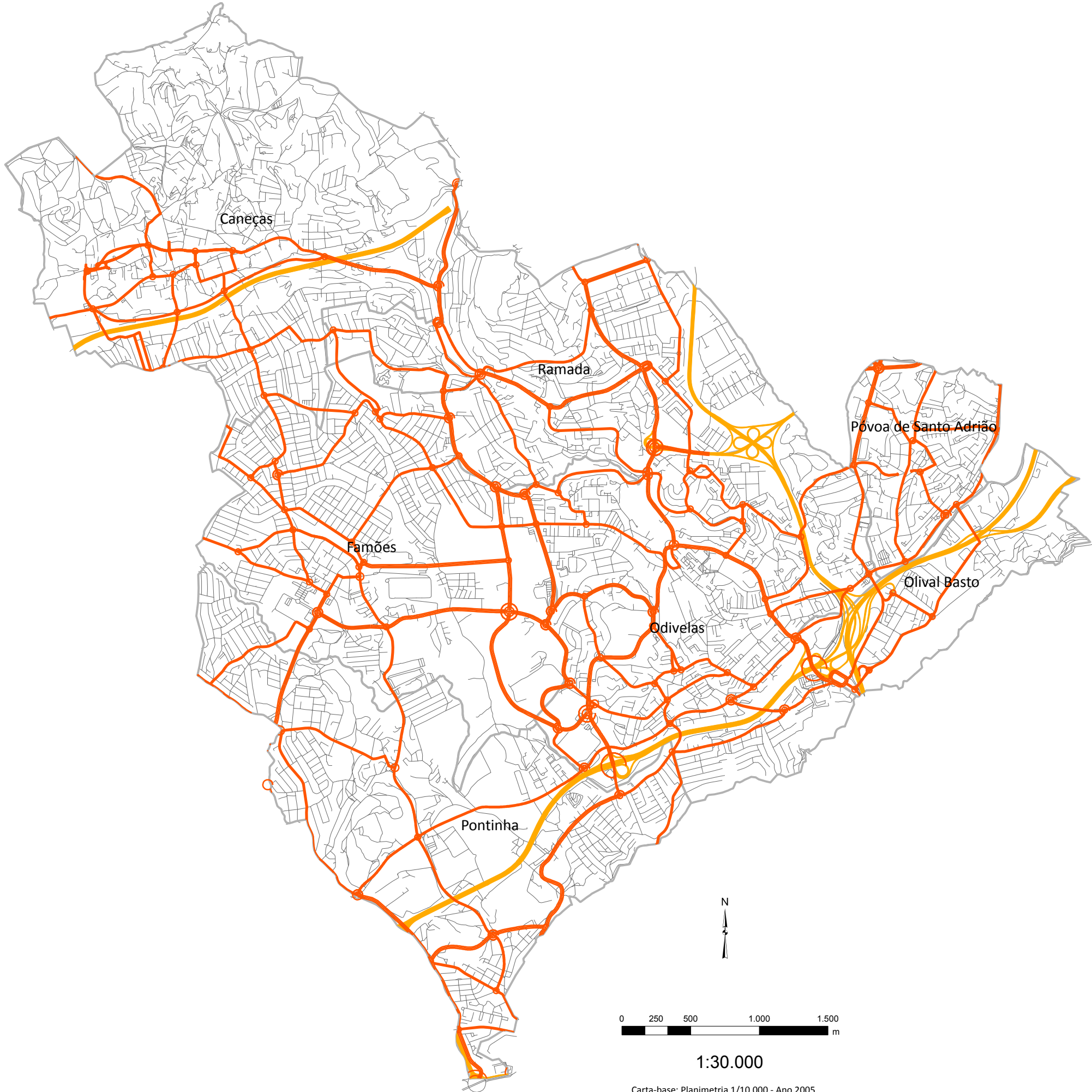
IC17 – CRIL (Cintura Interna de Lisboa) – permite acesso vindo de Sul (Algarve, Espanha e Ponte Vasco da Gama) e no outro sentido permite acesso a quem vem da Amadora e Algés;

CREL - A9 (Cintura Rodoviária Externa de Lisboa) – permite acesso a quem se desloca de Estoril, Cascais e Sintra;

Eixo Norte – Sul – permite a entrada no concelho a vindos do Sul do país, Alentejo, Algarve e Espanha, pela ponte 25 de Abril;

A8 (Auto-estrada n.º8) – faz ligação entre Leiria e Lisboa pela calçada de Carriche.

Acessibilidades ao concelho de Odivelas



- Rede viária
- Espaço canal rodoviário
- Limites administrativos das freguesias
- Vias

Mapa 1

III. 2. Distribuição das empresas – Comércio grossista e Indústria – no concelho

Segundo o Decreto-Lei n.º 381/2007 de 14 de Novembro, Presidência do Conselho de Ministros, Artigo 1º, Objecto: “O presente decreto-lei estabelece a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3, adiante designada por CAE – Rev. 3, que constitui o quadro comum de classificação de actividades económicas a adoptar a nível nacional. Artigo 2º, Estrutura: “ A CAE – Rev. 3, constante do anexo do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, apresenta a seguinte estrutura:

- a) Secções (primeiro nível), que identificam as rubricas através de um código alfabético;
- b) Divisões (segundo nível), que identificam as rubricas através de um código de dois dígitos;
- c) Grupos (terceiro nível), que identificam as rubricas através de um código de três dígitos;
- d) Classes (quarto nível), que identificam as rubricas através de um código de quatro dígitos;
- e) Subclasses (quinto nível), que identificam as rubricas através de um código de cinco dígitos.”

No presente relatório foram estudadas as empresas de comércio por grosso e indústria, utilizando para análise e representação as secções: C – Indústrias transformadoras (CAE Divisão 10 até Divisão 33); D – Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE Divisão 35); E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (CAE Divisão 36 até Divisão 39); G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (CAE Divisão 45 até Divisão 47). Foi ainda utilizada para uma análise específica a Divisão 56 – Restauração e similares, da Secção I.

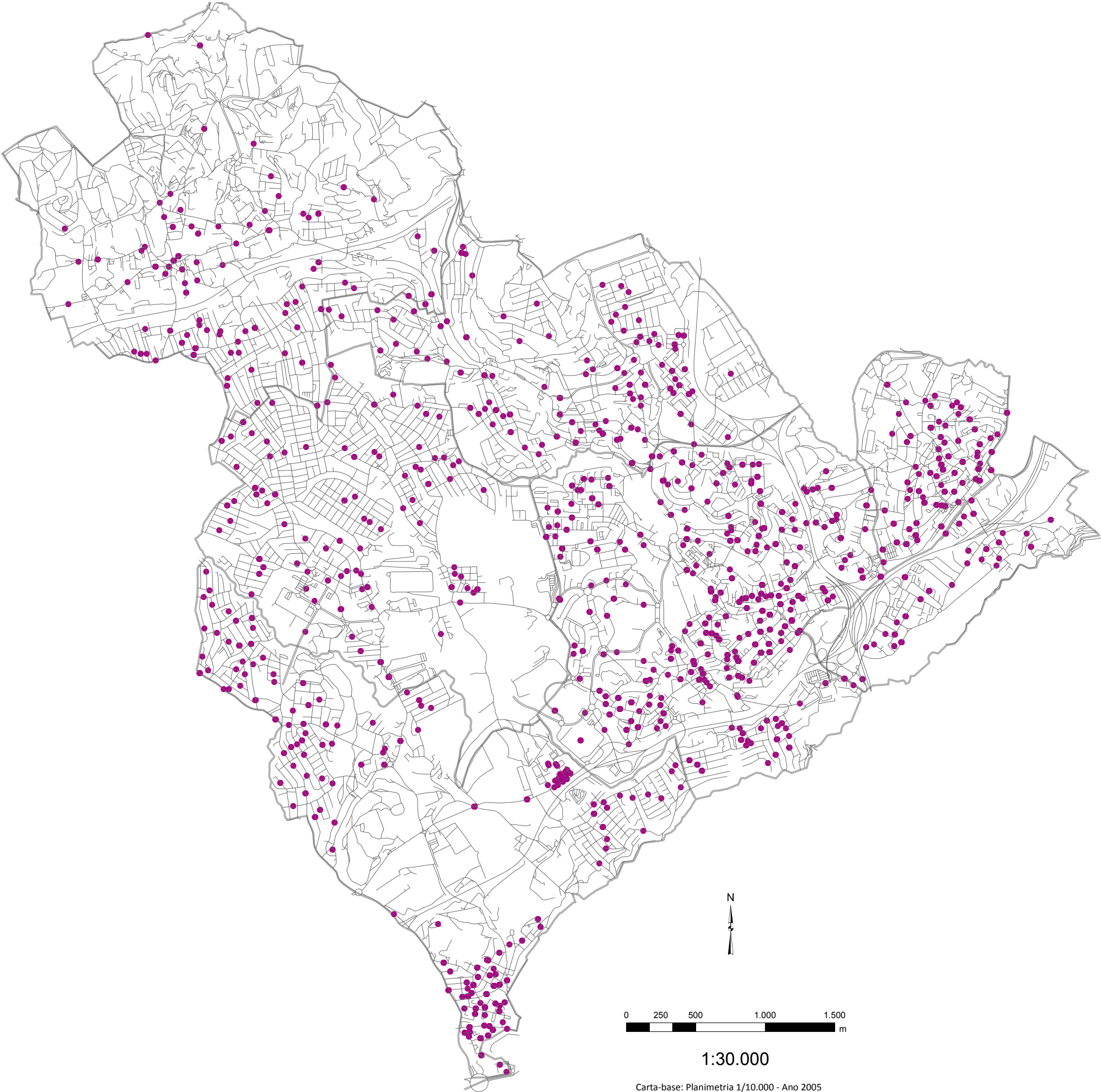
Das 2078 empresas georreferenciadas no concelho de Odivelas e visíveis no mapa da “Distribuição das empresas no concelho”, 1064 representam a secção G, 460

representam a secção C, 11 representam a secção E e apenas 3 representam a secção D, esta não tem qualquer representação na freguesia de Odivelas.

No que respeita à representação das empresas, a georreferenciação por código postal faz com que no mesmo ponto existam no mapa mais que uma empresa, ou seja, os registos sobrepõem-se ficando visível apenas um ponto. Como se pode perceber no mapa da “Proporção das empresas no concelho” feita por 3 classes, em que o círculo mais pequeno representa um registo, o círculo intermédio de dois a dez registos e o círculo maior de onze a vinte e quatro registos, sendo essa a contagem máxima de empresas no mesmo ponto, isto é, com o mesmo código postal.

Na realidade a localização pode não ser exacta, mas é representativa e muito aproximada por se tratar da área de código-postal. Assim, as empresas podem estar a uma distância umas das outras ou localizarem-se no mesmo edifício. Para que a representação fosse precisa seria necessário trabalho de campo, levantamento de dados, inquéritos e uma completa e correcta base de dados, que incluísse número de polícia.

Distribuição das empresas no concelho de Odivelas

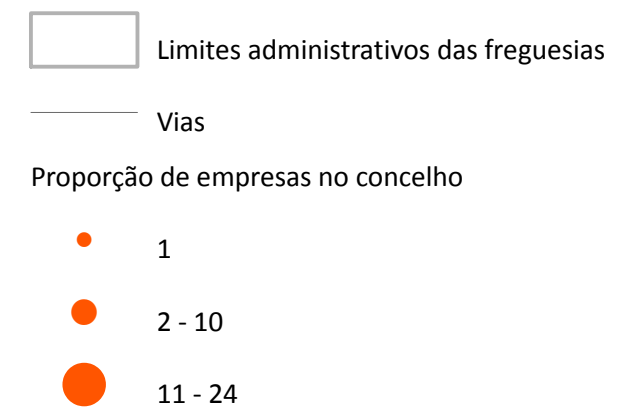
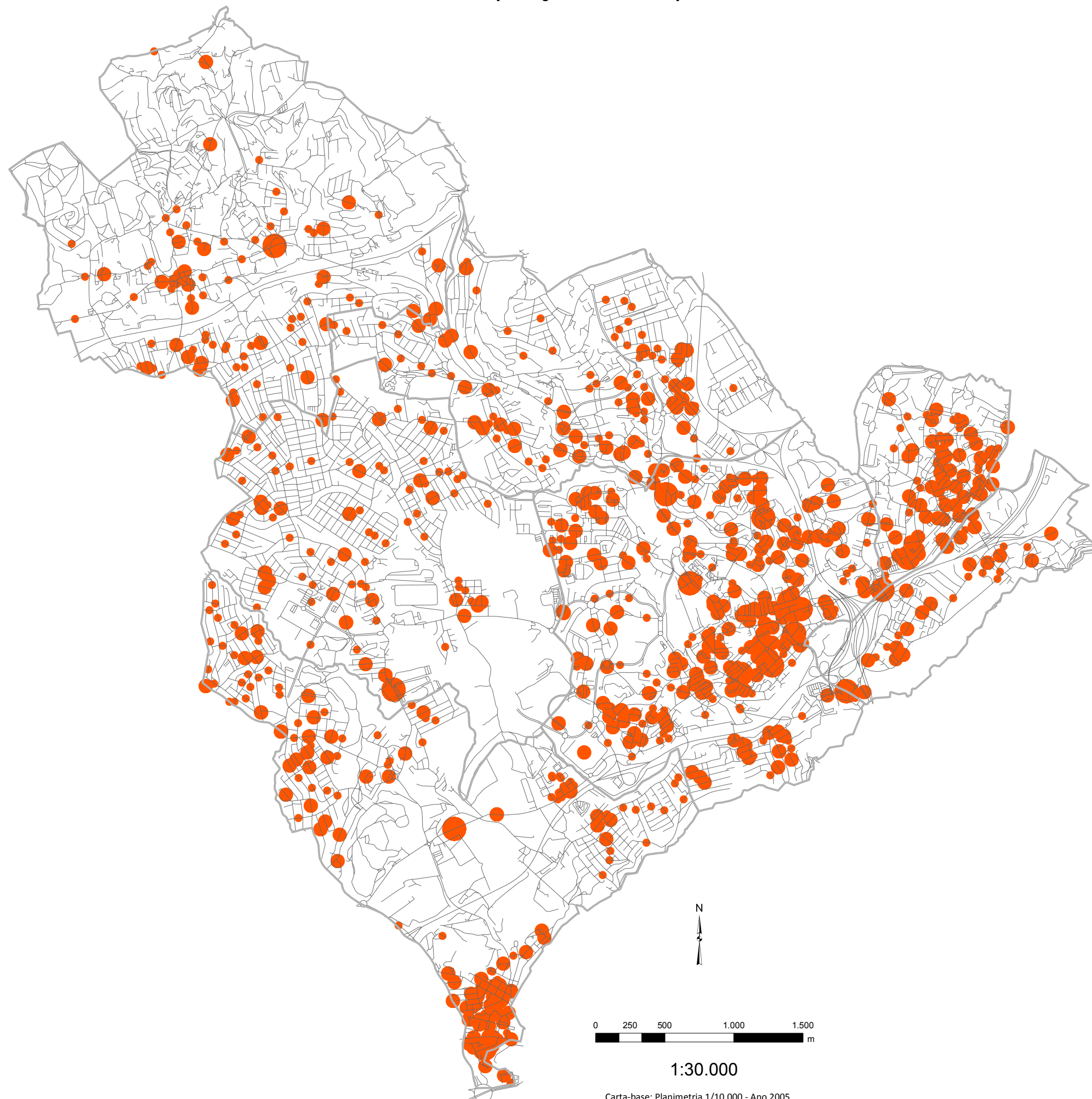


- Vias
- Empresas comércio grossista e indústria
- Limites administrativos das freguesias

Mapa 2

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

Proporção de empresas no concelho de Odivelas



Mapa 3

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

III. 3. Comparação entre as freguesias do concelho, segundo volume de vendas, n.º de empregados e ano de constituição

Num universo de 3333 empresas 3 destas não apresentavam registo de freguesia e 6 não apresentavam registo de CAE. Foram assim contabilizadas a nível de freguesia um total 3330 empresas e na análise com CAE 3327 empresas.

De acordo com o observado na figura 2 a freguesia de Odivelas é, sem qualquer dúvida, a que apresenta maior número de empresas (1864), seguida da Pontinha (699) e Póvoa de Santo Adrião (228).

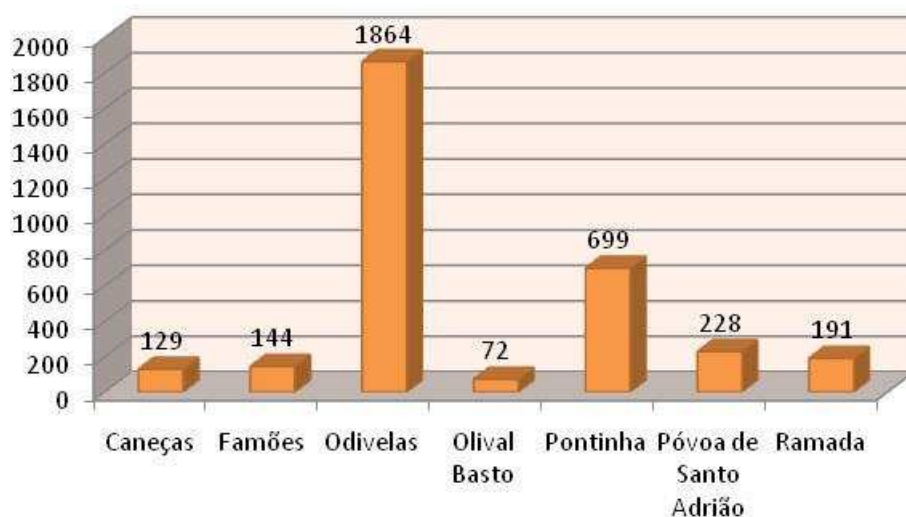


Figura 2) Distribuição das empresas por freguesia

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

Contudo analisando a área de cada freguesia embora Odivelas continue a dominar com 369 empresas por km², a freguesia de Póvoa de Santo Adrião surge de seguida com 185 empresas por km² e só depois Pontinha com 149 empresas por km². Caneças apresenta o menor número de empresas por km², 22 empresas.

Com um total de 10429 pessoas empregadas, nos sectores analisados, Odivelas é a freguesia que emprega mais trabalhadores com 3966 registos, seguida da freguesia Pontinha com 2283 pessoas e Póvoa de Santo Adrião com 1367 pessoas.

É também visível na figura 3 que a freguesia que tem o menor número de pessoas empregadas nestes sectores é Olival Basto, sendo também a freguesia que tem menos empresas (72).

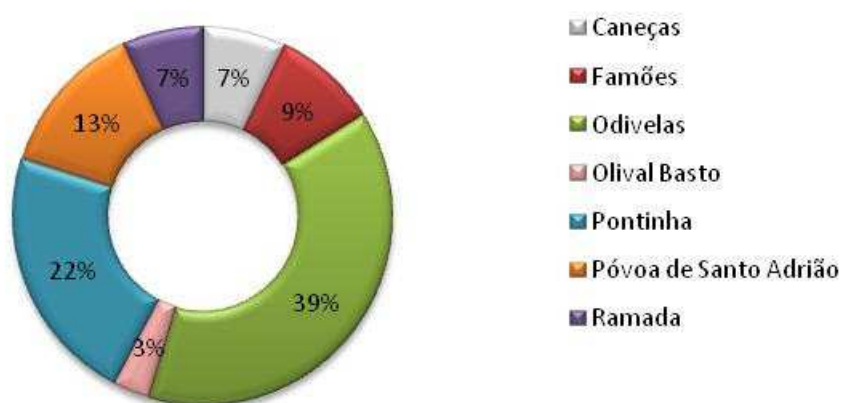


Figura 3) Distribuição de empregados nas empresas comércio por grosso e indústria, por freguesia

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

Quanto ao número de empresas por CAE- Classificação da Actividade Económica, figura 4, o sector do comércio é o que revela mais registos (80,23%): o 47 - Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos, seguido do 46 - Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos e o 45 - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos.

Quanto aos sectores que apresentam o menor número de registos são: 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte, 39 - Descontaminação e actividades similares e 24 - Indústrias metalúrgicas de base, apresentando apenas 1 ou 2 empresas.



Figura 4) Distribuição de empresas, comércio por grosso e indústria, por CAE – Classificação das actividades económicas

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

Ainda analisando a CAE, agora a figura 5, o sector que emprega mais população é o comércio (59,13%), os mesmos três referidos com maior registo de empresas (CAE 45, 46 e 47), seguidos do 10 - Indústrias alimentares, 18 - Impressão e reprodução de suportes gravados e 25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos, todos empregam mais de 600 empregados. O sector com CAE 39 - Descontaminação e actividades similares e o 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte, revelam o menor número de registos com 3 e 5 empregados respectivamente.

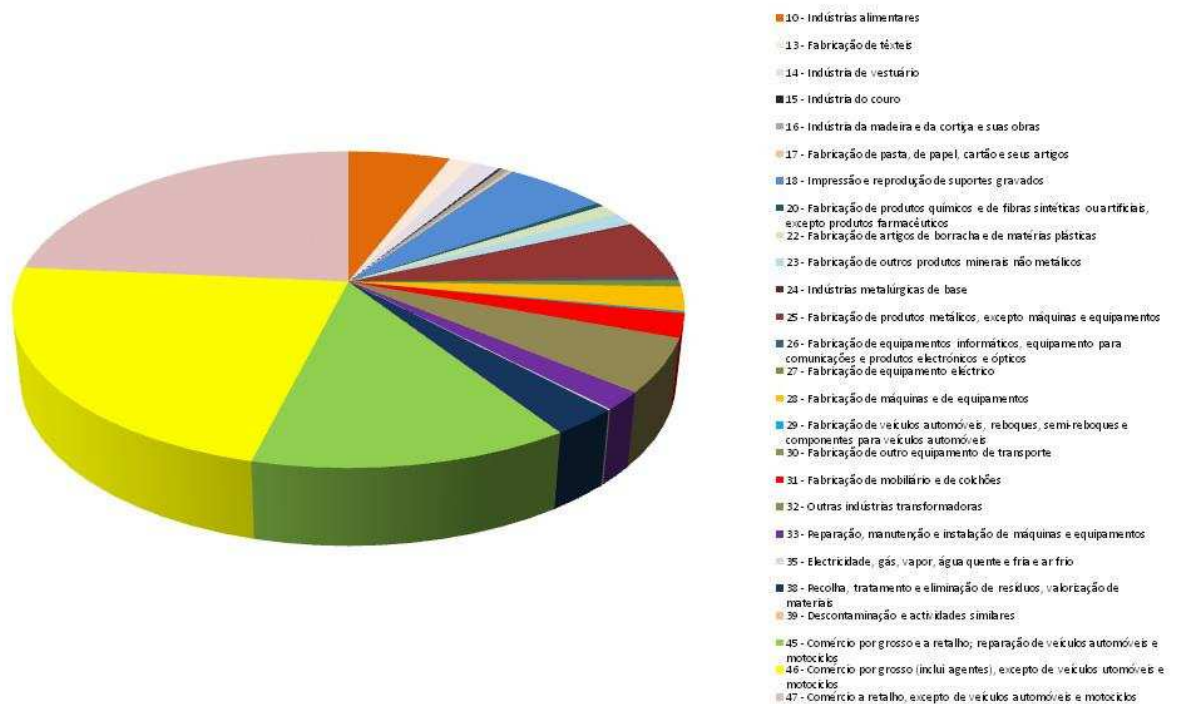


Figura 5) Empregados por CAE

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

No que respeita ao volume de vendas os dados são apresentados em milhares de euros e o concelho apresenta um total de 10.273.247,13 euros.

A freguesia com maior volume de vendas é Odivelas, como observado na figura 6, seguida de Pontinha e Póvoa de Santo Adrião, as mesmas freguesias que apresentam maior registo de empresas e pessoal empregado.

Já Olival Basto é a freguesia com menor volume de vendas, seguida de Caneças que ainda assim apresenta mais do dobro do resultado desta última.

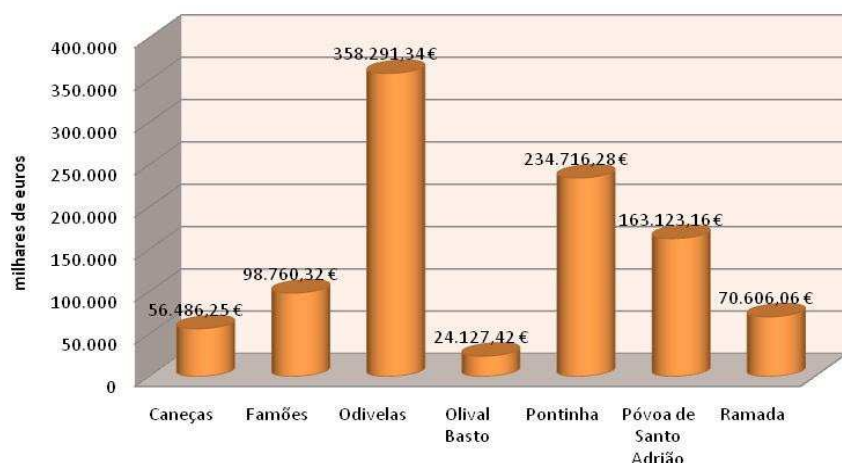


Figura 6) Volume de vendas por freguesia

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

O sector que apresenta maior volume de vendas é novamente o comércio com 71,74% do total nas referidas CAE nº 45, 46 e 47. Segue-se o sector 38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos, valorização de materiais com 53.902.555 euros e o 18 - Impressão e reprodução de suportes gravados com 41.291.067 euros.

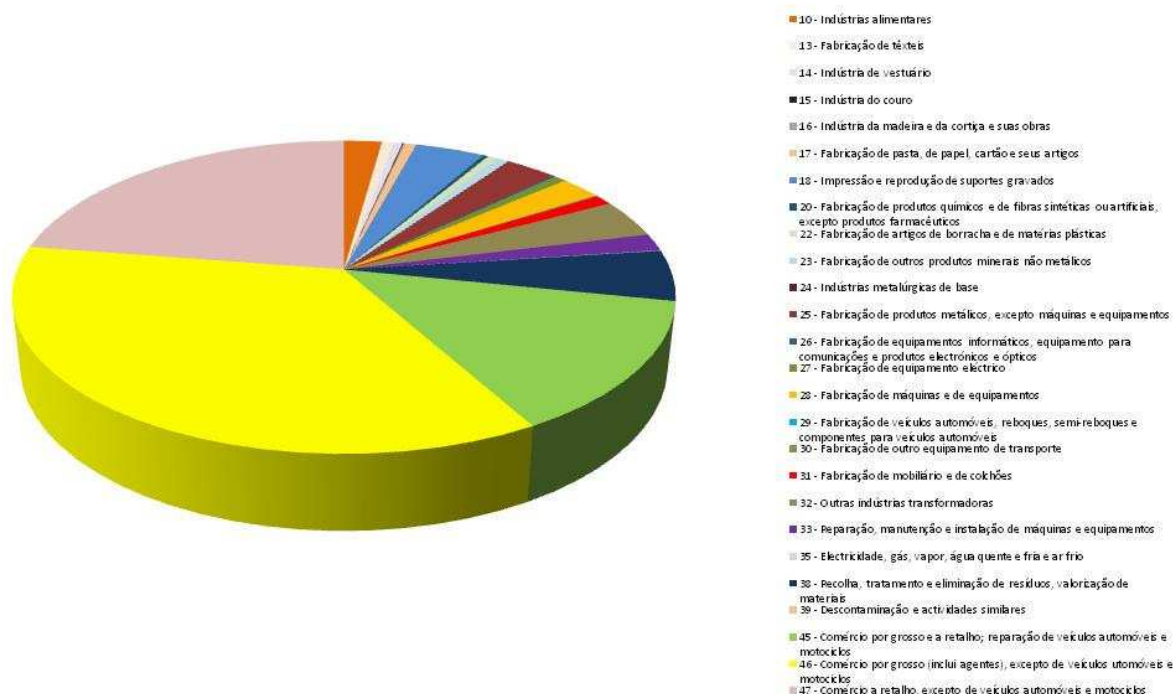


Figura 7) Volume de vendas por CAE

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

Os sectores com menor volume de vendas são 39 - Descontaminação e actividades similares com apenas 210.176 euros e o 24 - Indústrias metalúrgicas de base com cerca de 461.730 euros.

Das 3333 empresas estudadas, 2464 não apresentam ano de início (figura 8). Das 869 com este dado 45 tiveram o seu início em 2001. De 1927 até 1970 foram surgindo entre 1 e 5 empresas por ano, sendo que em 1971 surgem 13 empresas. O último registo que apresenta são 21 empresas em 2010.

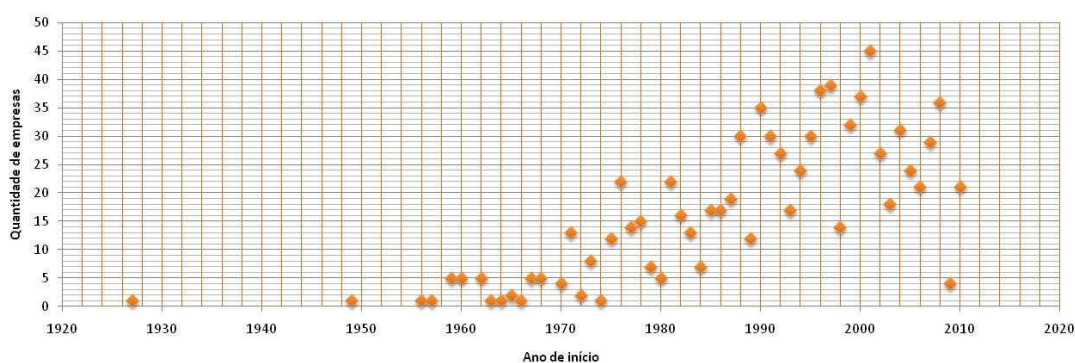


Figura 8) Número de empresas por ano de início da actividade

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

III. 4. Acessibilidades regionais à freguesia de Odivelas

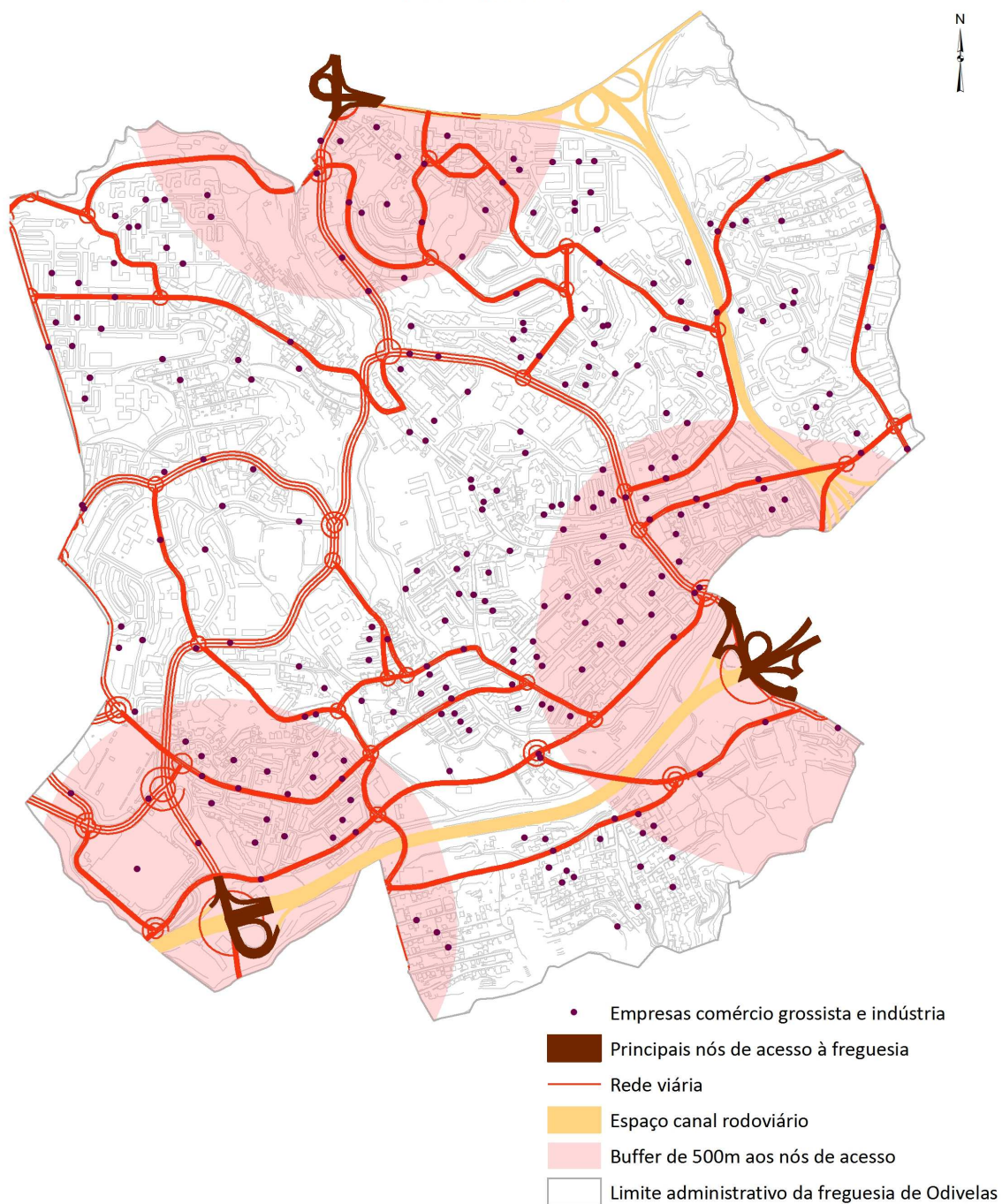
Para um estudo mais aprofundado decidiu-se explorar os dados de apenas uma freguesia, dados os prazos a cumprir e ao tempo disponível. Foi escolhida a sede de concelho, a freguesia de Odivelas, por ser a mais relevante quer de um ponto de vista quantitativo quer pelo facto de ser a freguesia mais importante para a dinâmica económica e social do município.

Continuando com os dados de empresas “Comércio por grosso e indústria”, a freguesia em estudo apresenta 867 registos das 2078 empresas georreferenciadas. A secção G apresenta 707 registos, a secção C 159 e a secção E apenas 1 registo.

No mapa das “Acessibilidades regionais à freguesia de Odivelas” foi criado um buffer que indica as empresas com sede a 500 metros dos principais nós de acesso. Foram identificados como principais três nós de acesso: Nó da Ramada, Nó do Sr. Roubado e Nó do IC 17/CRIL.

A 500 metros dos principais nós de acesso existem 382 empresas e são servidos 1511 empregados. Das 382 empresas verificam-se 66 registos da secção C – Indústrias transformadoras, 1 registo da secção E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento de resíduos e despoluição, e 315 registos da secção G – Comércio por grosso e a retalho. Conclui-se que grande parte das empresas (44%) se localiza junto aos principais nós de acesso à freguesia.

Acessibilidades regionais à freguesia de Odivelas



0 125 250 500 m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Mapa 4

Câmara Municipal de Odivelas
 ESTÁGIO CURRICULAR
 CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
 COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
 Elaboração: Márcia Vieira Crespo
 Data: Setembro 2012

III. 5. Transporte de passageiros

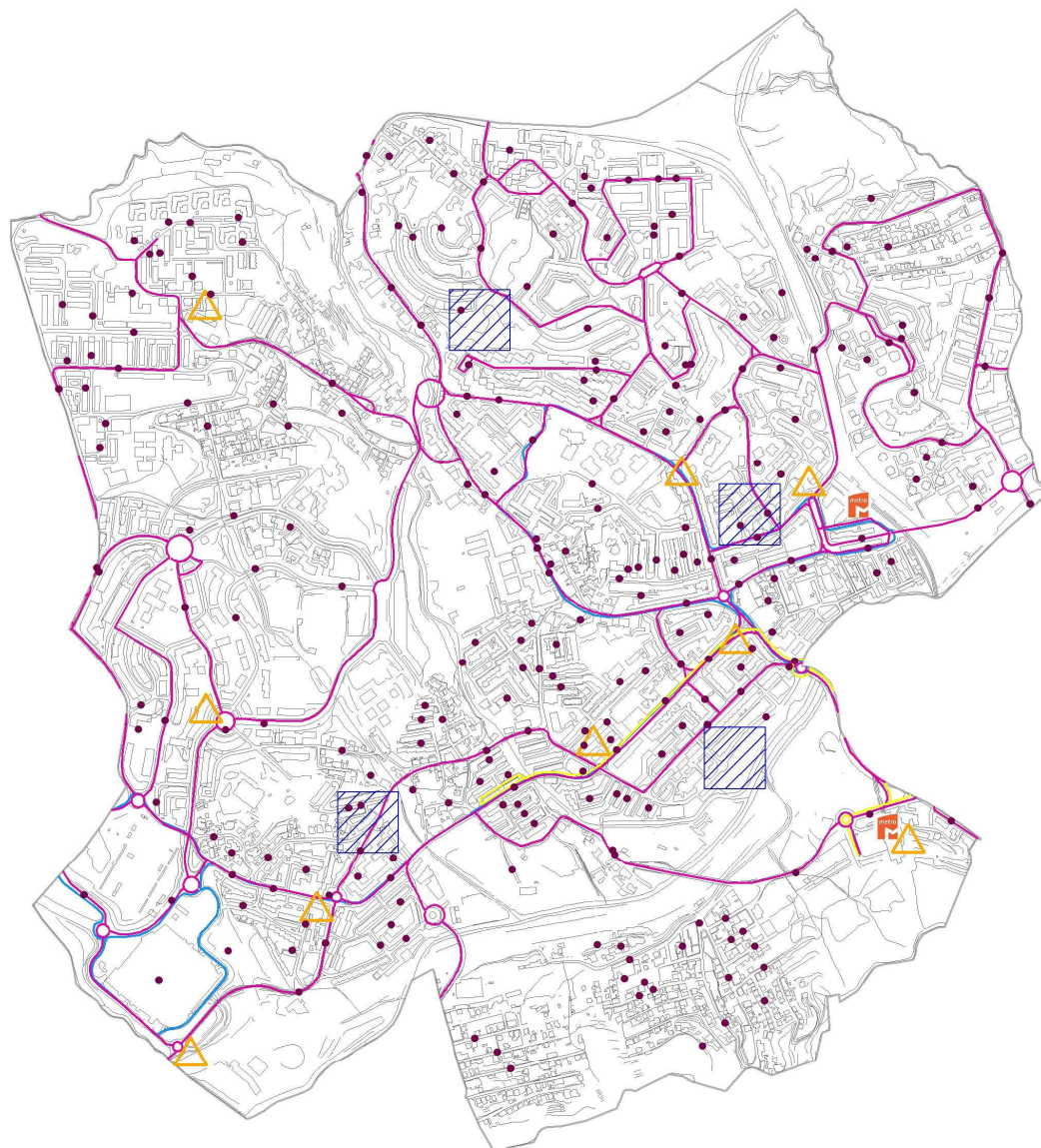
No que respeita ao serviço de transportes na freguesia, apresentado no mapa “Transportes de passageiros” foi analisada a linha azul – carreira urbana que faz o percurso entre a estação de Odivelas do Metropolitano de Lisboa, o centro da cidade de Odivelas e o centro comercial Odivelas Parque. O serviço recebeu a denominação “Voltas” e tem como objectivo proporcionar a melhores condições de mobilidade no centro urbano da cidade -, que opera apenas na freguesia, o trajecto da Carris e da Rodoviária de Lisboa, as Estações de Metro Odivelas e Sr. Roubado, as praças de táxis e os parques de estacionamento público.

Criou-se um buffer de 200 metros para analisar o serviço prestado pelos autocarros. No percurso da linha azul, num raio de 200 metros, existem 488 empresas que empregam 1720 pessoas. Nos trajectos efectuados pelas diversas carreiras da Carris contabilizam-se 234 empresas e 536 empregados. Quanto à Rodoviária de Lisboa, que opera em todo o concelho e percorre toda a freguesia de Odivelas, sendo a carreira predominante, serve 821 empresas e 3250 empregados.

Para analisar o serviço de apoio prestado pelo Metro foi decidido um buffer de 500 metros. Assim, numa área envolvente, a ambas as estações acima referidas, de 500 metros, registam-se 204 empresas e 360 empregados.

A freguesia conta ainda com quatro parques de estacionamento público e 9 praças de táxis.

Transportes de passageiros



- Empresas comércio grossista e indústria
- Estações de Metro
- Autocarros
- Carris
- Rodoviária de Lisboa
- Linha azul carreira
- Praças de táxis
- Parques estacionamento
- Limite administrativo da freguesia de Odivelas

0 125 250 500 m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Mapa 5

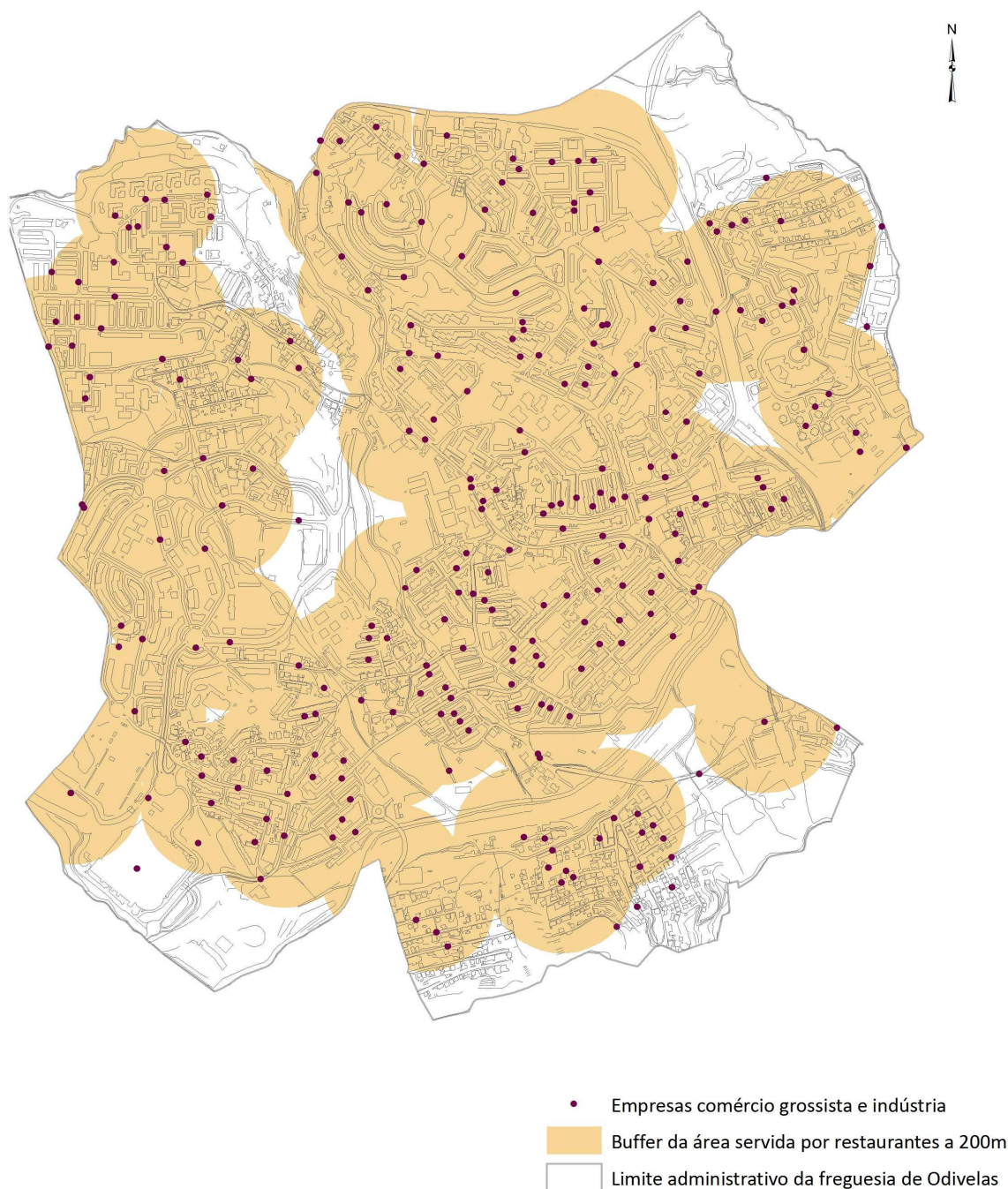
Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

III. 6. Serviço de restauração

No decorrer do estágio e no desenvolvimento da análise à freguesia pensou-se ser pertinente referir a localização da função restauração relativamente à localização das empresas. É necessário esclarecer que os números revelados são representativos, na realidade os diversos serviços de restauração podem não ter surgido como apoio às empresas, e mesmo que tenham surgido com esse propósito não quer dizer que os empregados frequentem esses espaços. Para um resultado mais exacto seria necessário trabalho de campo, levantamento de dados e inquéritos, nomeadamente sobre os preços médios praticados pelos estabelecimentos.

Para esta análise foi utilizada a divisão 56 – Restauração e similares, da divisão I da CAE Rev. 3. Foram estabelecidos 200 metros como a distância que as pessoas estão dispostas, em média, a percorrer no horário de refeição, tendo em conta que cada pessoa demora em média, 2, 42 minutos a percorrer 200 metros. Registaram-se 213 restaurantes, bares ou cafés que, numa área de 200 metros (buffer) servem 850 empresas e 3263 empregados. As restantes 17 empresas estão a mais de 200 metros de um serviço de restauração, 16 delas são secção G – Comércio por grosso e retalho e 1 delas é secção C – Indústrias transformadoras.

Serviço de restauração



0 125 250 500
m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Mapa 6

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

III. 7. Enquadramento no ordenamento do território

Para a análise de PDM – Plano Director Municipal, foi consultado o regulamento do Plano Director Municipal de Loures na Área do Município de Odivelas, Capítulo III Zonamento.

Foram criadas quatro classes de acordo com o documento consultado.

Classes de Áreas Urbanas:

- Habitacionais de baixa densidade: Capítulo III Espaços Urbanizáveis, Secção III, Subsecção I
- Habitacionais de média densidade: Capítulo III Espaços Urbanizáveis, Secção III, Subsecção II
- A consolidar e a beneficiar: Capítulo II Espaços Urbanos, Secção II, Subsecção I
- A recuperar e legalizar: Capítulo II Espaço Urbanos, Secção II, Subsecção II
- Sujeitos à atribuição de estatuto de manutenção temporária: Capítulo II Espaços urbanos, Secção II, Subsecção III

Classes de áreas não urbanizáveis:

- Exclusivo uso agrícola: Capítulo IV Espaços não urbanizáveis, Secção II, Subsecção III
- De protecção e enquadramento: Capítulo IV Espaços não urbanizáveis, Secção II, Subsecção I (Florestais de protecção e valorização ambiental – artigo 71º)

Classes de áreas Colectivas:

- Espaço Canal: Capítulo I Espaços Canais, secção I
- Equipamentos e outros usos públicos: Capítulo III Espaços Urbanizáveis, Secção II, Subsecção IV
- Verde urbano equipado: Capítulo III Espaços Urbanizáveis, Secção II, Subsecção VI

- Verde urbano de protecção e enquadramento: Capítulo III Espaços Urbanizáveis, Secção II, Subsecção VII

Classes de áreas Industriais:

- Industrias a manter e a beneficiar: Capítulo II Espaços urbanos, Secção II, Subsecção IV

- Mistos de Indústria e terciário: Capítulo III Espaços Urbanizáveis, Secção III, Subsecção III

As classes foram compostas em conjunto com o orientador de estágio, Arquitecto Luís Grave, assim como a escala de avaliação:

- Compatível (verde)
- Semi – compatível (amarelo)
- Incompatível (vermelho)

O valor percentual apresentado no quadro da figura 9 foi conseguido pela contagem de empresas em cada área de classificação de uso do solo. Deve começar-se por referir que o peso de 100% na área urbana da Secção E se deve ao facto de existir apenas um único registo, que representa uma empresa de desinfecção e actividades similares. Foi-lhe atribuída a avaliação de semi-compatível porque a localização ideal seria numa área industrial, contudo teria que se analisar com maior pormenor os efeitos negativos que a empresa provoca na área envolvente.

As percentagens mais elevadas verificam-se na classe área urbana pelas secções C e G. Secção C – indústrias transformadoras (72,33%), avaliada como semi-compatível porque a sua localização ideal seria nas áreas industriais, onde apresenta apenas 4,4%. É ainda relevante a presença desta secção nas áreas colectivas, espaço dedicado a implantação de equipamentos e unidades de uso público e colectivo e, no que respeita às áreas não urbanizáveis a secção C anuncia 2 registos. Contudo a secção G – comércio por grosso e retalho conta com 7 empresas sediadas nessas áreas, não sendo compatível. O maior registo de empresas deste sector é, como acima referido,

em áreas urbanas (78,78%), sendo assim compatível, ainda que algumas empresas devessem estar em áreas industriais, onde a presença é relativamente baixa, 23 registos, uma situação a ser analisada em casos isolados, estudando os efeitos na área envolvente. Tal análise pode ser aplicada às empresas com registo em áreas colectivas, avaliadas com semi-compatível, devido à possibilidade de serem empresas de comércio de produtos não prejudiciais, nem que provoquem conflito, à área envolvente.

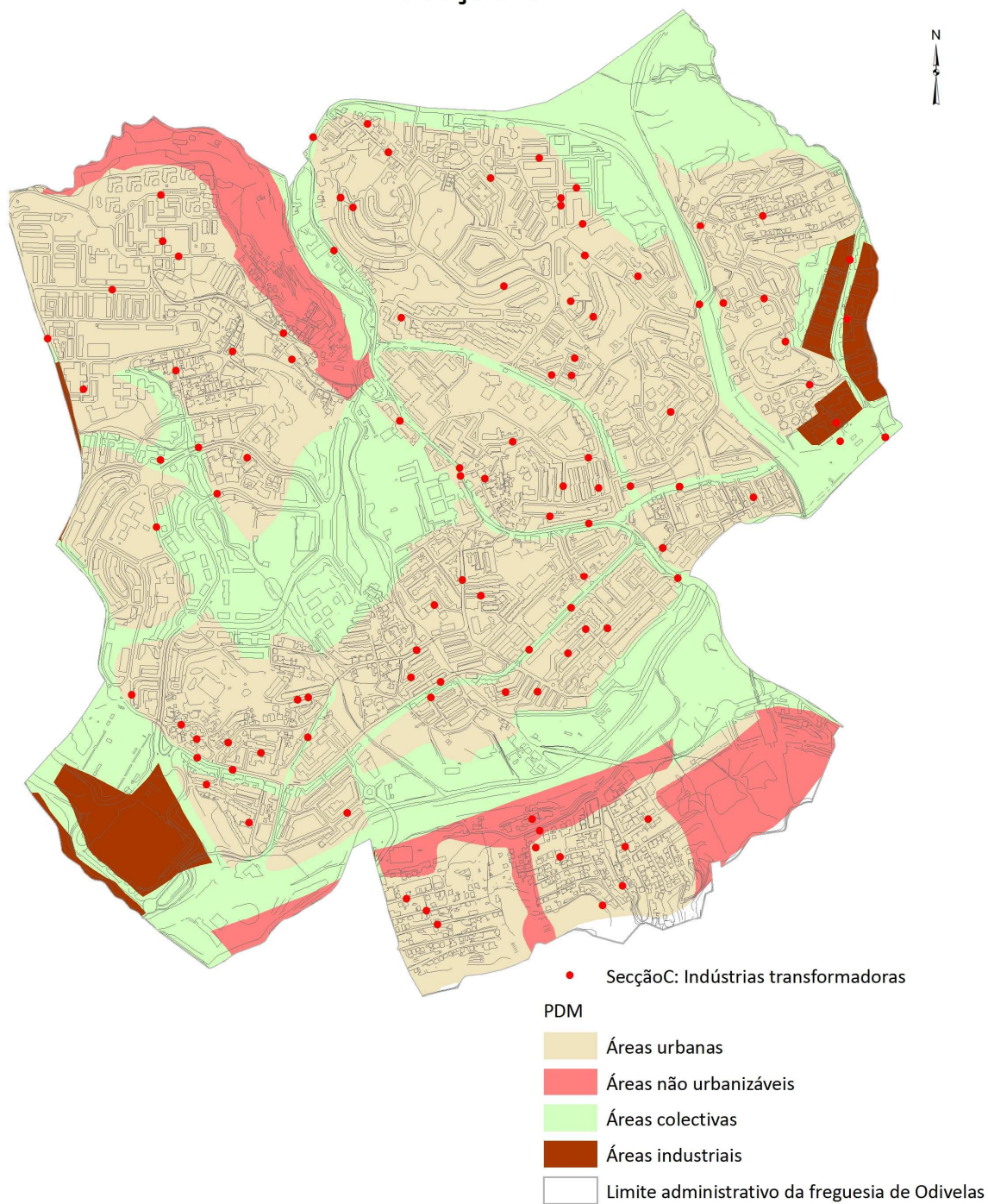
Áreas \ Secção	C – Indústrias transformadoras	E – Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento de resíduos e despoluição	G – Comércio por grosso e retalho
Urbanas	72,33%	100%	78,78%
Não urbanizáveis	1,26%	-	0,99%
Colectivas	22,01%	-	16,97%
Industriais	4,4%	-	3,25%

Figura 9) Quadro de avaliação de áreas do PDM, de acordo com as regras acima descritas

Fonte: Elaboração própria

Em síntese, deve sublinhar-se que enquanto as empresas de comércio por grosso e retalho apresentam na sua generalidade (mais de 80% dos registos) uma localização compatível com as orientações do PDM, já no caso das indústrias transformadoras a localização é maioritariamente semi-compatível (cerca de 75%) ou mesmo não compatível numa percentagem que ronda os 25%. Parece-nos, portanto, que estes valores apontam claramente para a necessidade de elaboração de estudos complementares que permitam identificar situações mais problemáticas e encontrar medidas minimizadoras de eventuais impactes negativos ou mesmo, em casos mais extremos, elaborar propostas para a deslocalização.

Enquadramento no ordenamento do Território Secção C



0 125 250 500 m

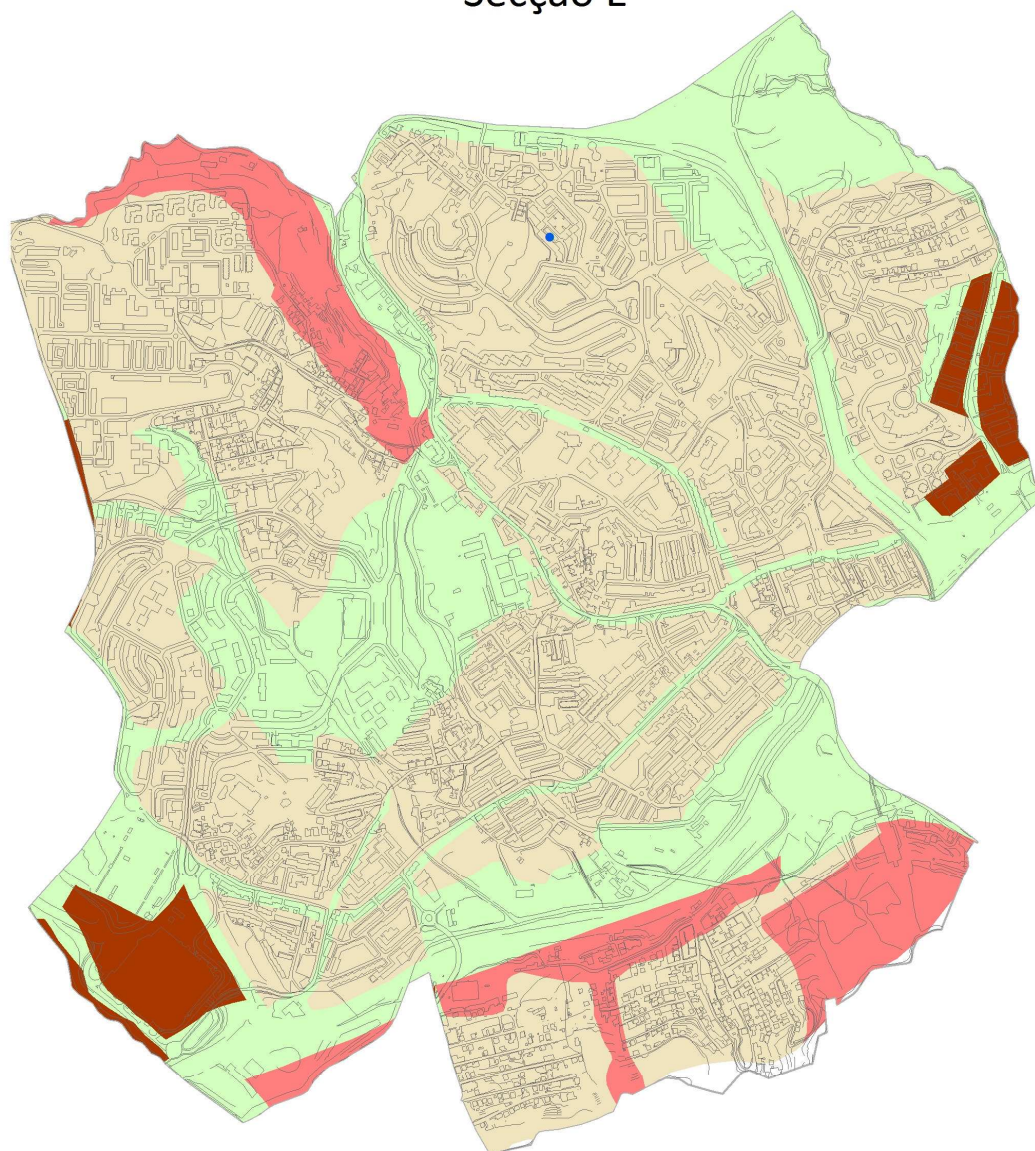
1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Mapa 7

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

Enquadramento no ordenamento do Território Secção E



- SecçãoE: Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição

PDM

- Áreas urbanas
- Áreas não urbanizáveis
- Áreas colectivas
- Áreas industriais
- Limite administrativo da freguesia de Odivelas

0 125 250 500 m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

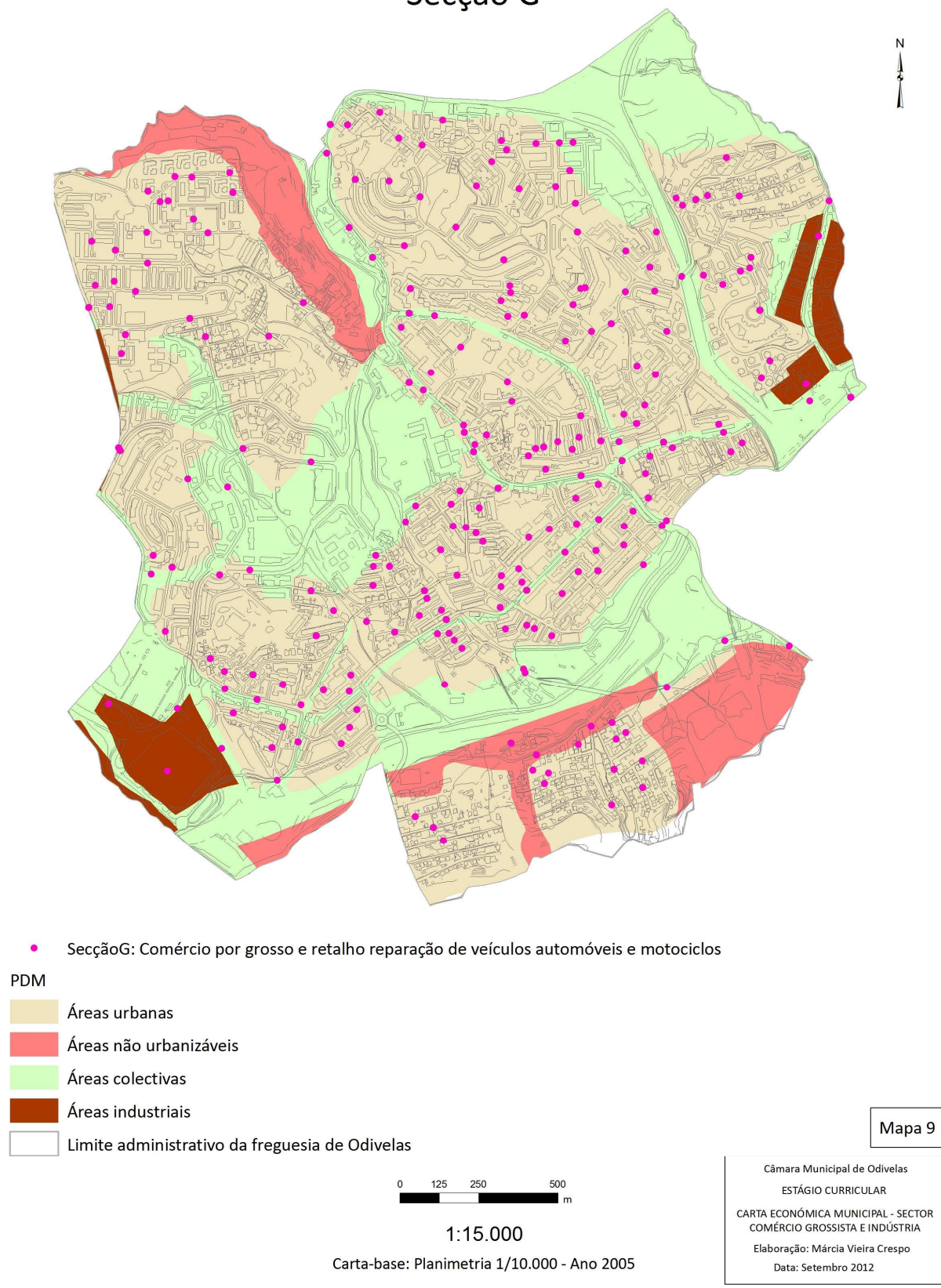
Mapa 8

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR

CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA

Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

Enquadramento no ordenamento do Território Secção G



III. 8. Enquadramento face à RAN

Segundo o Decreto – Lei n.º 73/2009 de 31 de Março, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Das Pescas, Capítulo I, Disposições Gerais, Artigo 1.º, Objecto: “O presente decreto-lei aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, abreviadamente designada RAN. Artigo 2º, Conceito: “ 1 – A RAN é o conjunto das áreas que em termos agro - climáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola. 2 – A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objectivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.”

No mapa de “Enquadramento face à RAN” registam-se 10 empresas com sede em zona protegida, com CAE: Divisão 13 – Fabricação de têxteis, Divisão 18 – Impressão e reprodução de suportes gravados, Divisão 45 (dois registos) – Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos, Divisão 46 – Comércio por grosso, excepto de automóveis e motociclos, e Divisão 47 (cinco registos) – Comércio a retalho, excepto de automóveis e motociclos.

A análise da incongruente localização, representativa e não exacta das empresas, deve ser feita isoladamente a cada ocorrência, de acordo com os artigos 9.º Integração específica e 10.º Solos não integrados na RAN, do referido Decreto – Lei.

Enquadramento face à RAN



Mapa 10

0 125 250 500
m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

III. 9. Enquadramento face à REN

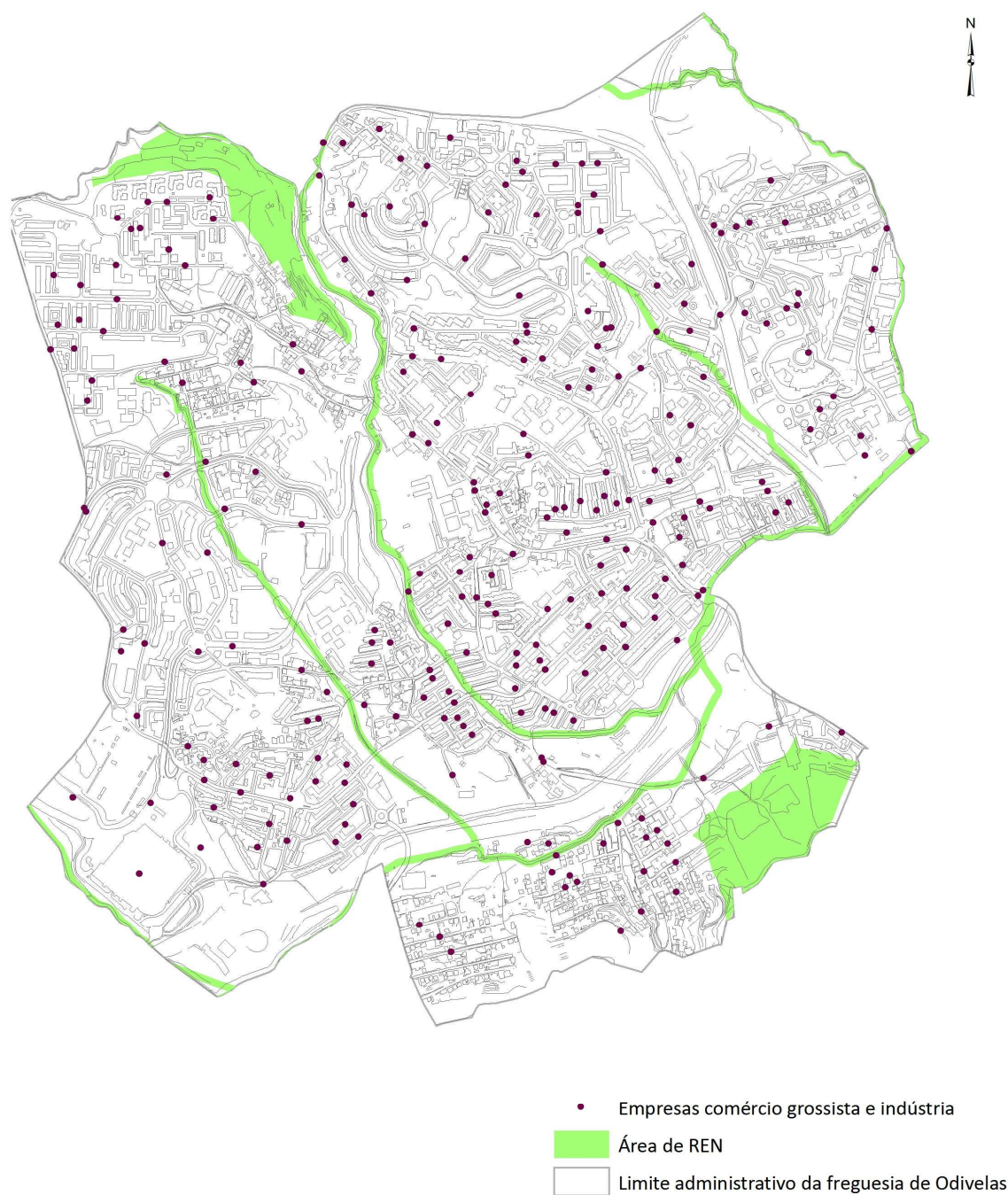
Conforme o Decreto – Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Capítulo I, Disposições gerais, Artigo 1.º, Objecto: “O presente decreto – lei estabelece o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, abreviadamente designada por REN. Artigo 2.º, Conceito e objectivos: 1 – A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológica ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial. 2 – A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas. 3 – A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objectivos: a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das actividades humanas; b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza; d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.”

No mapa “Enquadramento face à REN” registam-se 27 empresas com sede em zona protegida, com CAE: Divisão 13 – Fabricação de têxteis, Divisão 14 (três registos) – Indústria do vestuário, Divisão 18 (três registos) - Impressão e reprodução de suportes gravados, Divisão 20 – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos, Divisão 25 (dois registos) – Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos, Divisão 45 (quatro registos)

– Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos, Divisão 46 (cinco registos) – Comércio por grosso, excepto de automóveis e motociclos, 47 (oito registos) - Comércio a retalho, excepto de automóveis e motociclos.

Tal como referido na análise à RAN, para que se consigam conclusões da localização exacta e das empresas e sua consequência, terá que ser feita uma análise detalhada a cada caso de acordo com o restante Decreto – Lei acima referido, nomeadamente com o Artigo. 20º do Capítulo III – Regime das áreas integradas em REN.

Enquadramento face à REN



Mapa 11

0 125 250 500
m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

III. 10. Riscos ambientais

No mapa “Riscos ambientais” estão identificadas zonas de risco geotécnico, zonas inundáveis e zonas de alto e muito alto risco de incêndio.

Segundo o documento PDM Odivelas Volume 4.1 – Caracterização do Território – Componentes Ambientais, IV Factores de Risco, pressupõe-se por risco “a probabilidade de ocorrer um processo perigoso e a perspectiva das consequências sobre o território, pessoas, bens e ambiente”. O documento distingue os principais factores de risco como a seguir se apresenta.

Zonas de cheias “ As áreas de perigo de cheias são consideradas factores naturais de perigo dadas as condições orográficas do território, embora o seu agravamento seja potenciado pelas sucessivas alterações do território, embora o seu agravamento seja potenciado pelas sucessivas alterações do território em zonas urbanas, levando à adulteração das condições de drenagem natural.” (...) “As áreas urbanas sujeitas a inundações são espaços que sofreram alterações no terreno aquando do processo de urbanização, adulterando as condições naturais de drenagem das águas pluviais.”

A instabilidade geotécnica verifica-se no concelho devido aos “deslizamentos que são o principal interveniente no processo de evolução das vertentes nas costeiras do concelho de Odivelas, sendo canalizados pela acção da precipitação, piorados com as intervenções sucessivas aos cursos naturais das linhas de água e abertura de taludes.”

Quanto a risco de incêndio: “O concelho de Odivelas é maioritariamente urbanizado, existindo bastantes pontos de contacto com as zonas de risco de incêndio florestal pela confrontação directa com o espaço rural, facto que concorre para o aumento da vulnerabilidade aos incêndios.”

Em zona de risco geotécnico estão sediadas 13 empresas com CAE: Divisão 14 – Indústria do vestuário, Divisão 18 (dois registos) – Impressão e reprodução de suportes gravados, Divisão 23 – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos Divisão

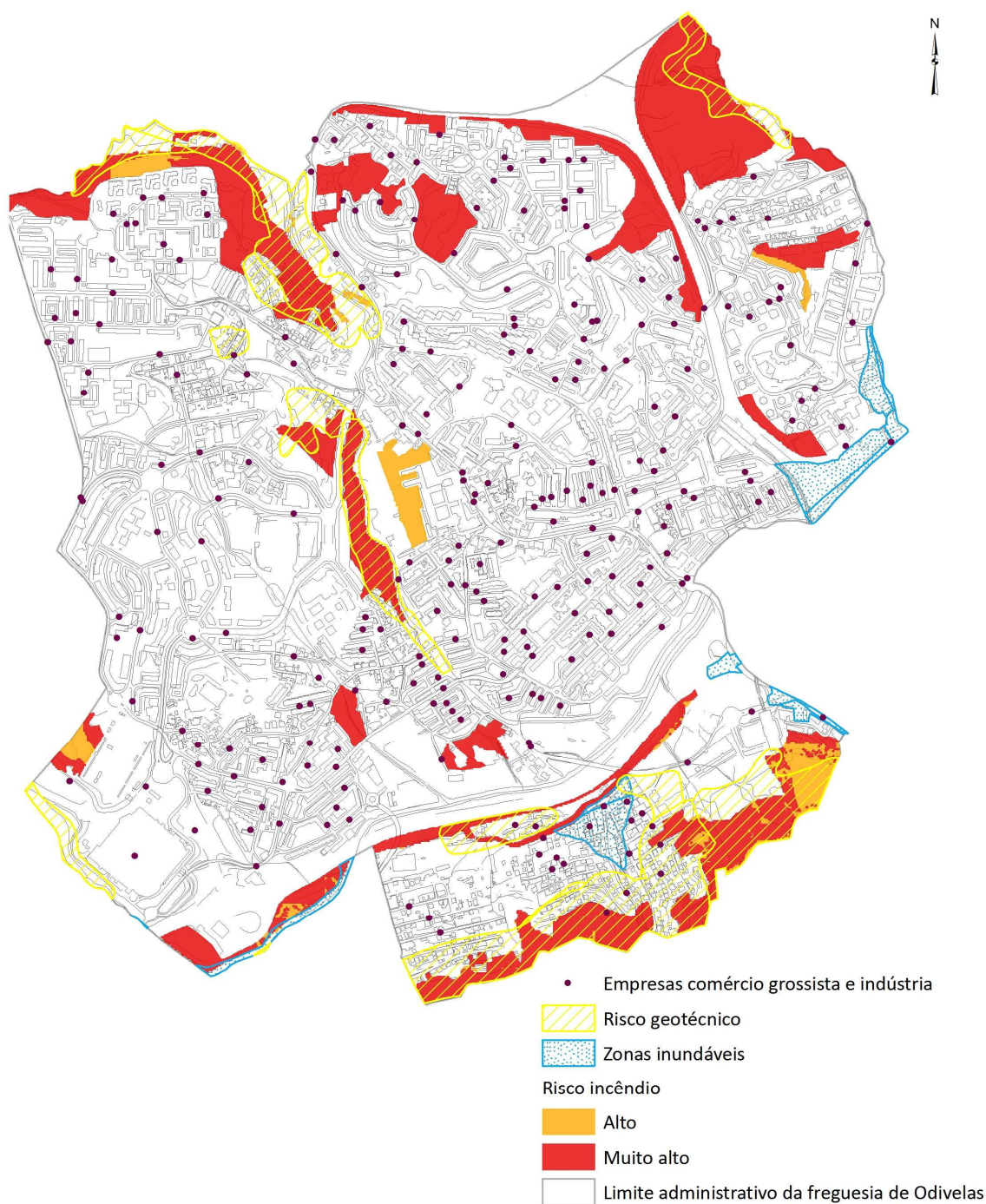
45 – Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos, Divisão 46 (cinco registos) – Comércio por grosso, excepto de automóveis e motociclos, Divisão 47 (três registos) - Comércio a retalho, excepto de automóveis e motociclos.

Em zonas inundáveis estão sediadas 21 empresas com CAE: Divisão 14 – Indústria do vestuário, Divisão 18 (três registos) – Impressão e reprodução de suportes gravados, Divisão 20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, Divisão 25 (dois registos) – Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos), Divisão 45 (três registos) Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos, Divisão 46 (sete registos) - Comércio por grosso, excepto de automóveis e motociclos, Divisão 47 (quatro registos) - Comércio a retalho, excepto de automóveis e motociclos.

Em zonas de risco de incêndio apenas uma ocorrência com CAE: Divisão 14 – Indústria do vestuário.

As empresas acima referidas podem sofrer perturbações pontuais originadas por cheias, sismos ou incêndios, contudo sendo um factor dependente da natureza, não é possível ser previsto. As áreas delimitadas de risco foram conseguidas através de estudos, de probabilidades e de avaliações.

Riscos ambientais



Mapa 12

0 125 250 500
m

1:15.000

Carta-base: Planimetria 1/10.000 - Ano 2005

Câmara Municipal de Odivelas
ESTÁGIO CURRICULAR
CARTA ECONÓMICA MUNICIPAL - SECTOR
COMÉRCIO GROSSISTA E INDÚSTRIA
Elaboração: Márcia Vieira Crespo
Data: Setembro 2012

Conclusões

O estágio teve um tema inovador, bastante actual, interessante e pertinente. Servirá, certamente, como processo de arranque para um grande projecto que pretende a criação de uma plataforma de consulta e de informação ao dispor de todos. Contudo é necessária uma actualização de dados permanente, pois disso depende um processo de decisão eficaz.

O trabalho desenvolvido foi parte indispensável no procedimento de elaboração desta futura plataforma. Procedeu-se à consolidação de dados, à sua implantação geográfica, ao registo numa base de dados, obtendo resultados que permitirão o desenvolvimento do futuro projecto.

Desta forma foi possível aprofundar o conhecimento do território e de algumas realidades existentes, que carecem de uma especial atenção, nomeadamente a localização de actividades económicas em áreas protegidas.

Podemos concluir que a localização do comércio não conflitua, em termos gerais, com as orientações do PDM, mas que a localização da indústria merece uma análise mais aprofundada. A generalidade das actividades económicas estudadas está bem servida de equipamentos de restauração no que se refere à proximidade, sendo agora necessário avançar para um estudo mais qualitativo que aborde, por exemplo, a questão dos preços praticados ou o grau de satisfação dos trabalhadores empregados face àqueles serviços de restauração.

No que respeita à conflitualidade com a RAN a localização das empresas comércio a retalho carece de aprofundamento bem como a localização das indústrias em áreas de REN. Quanto às áreas de risco a perigosidade da localização das empresas é fortemente influenciada e dependente do factor natureza.

Os serviços municipais passam assim a ter acesso a um conjunto de dados que permitirá a intervenção no terreno, por forma a recolher mais informação, a corrigir dados e agir no terreno.

Face à complexa informação que o tema actividades económicas potencia, foram surgindo ao longo do projecto ideias a realizar em estudos futuros. É pertinente

estender este estudo a outras secções da CAE, assim como cruzar dados com outras temáticas, como por exemplo população residente ou população activa na freguesia por sector de actividade.

Ainda que a georreferenciação por código postal a 4 dígitos e não a 7 (xxxx – xxx) tenha constituído um entrave à exactidão de resultados - algo que como já referimos deve ser corrigido através de um levantamento de dados rigoroso, no sentido de criar uma base de dados completa - o trabalho desenvolvido contribuiu para identificar os casos em que o estudo deve ser aprofundado e permitiu construir uma imagem geral da localização das actividades económicas no concelho de Odivelas, bem como das conflitualidades com as orientações de ordenamento do território e com as boas práticas ambientais na freguesia de Odivelas.

A criação futura de uma plataforma digital na página *web* da Câmara Municipal de Odivelas permitirá aos departamentos interessados na temática um mais rápido e fácil acesso. Permitirá uma melhor gestão nos departamentos no sentido de conseguir aceder a uma informação actualizada e pormenorizada. Tal como o cidadão comum ou os investidores, principais interessados.

É fundamental pensar a problemática do planeamento e do ordenamento, compreendendo a importância de cada uma das ocupações humanas, dos aglomerados e entendendo as alterações que irão influenciar ou desequilibrar a estrutura do território.

O planeamento territorial contribui para a gestão dos recursos, ordenando e estabelecendo regras para a ocupação, tendo como objectivo melhorar a qualidade de vida das populações e garantir a defesa do ambiente.

Pretende-se qualificar o território, tirando partido das suas potencialidades, usando os seus recursos sem os extinguir, com consciência de que onde vivemos, o seu ambiente e natureza são património de gerações vindouras.

O ordenamento do território deve ter em conta a vocação do solo a fim de potenciar um desenvolvimento regional equilibrado, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Pretende também minimizar os impactos negativos

do desenvolvimento das actividades económicas sobre os recursos naturais e o meio ambiente. É assim definida uma estratégia de integração entre os diversos interesses, no respeito pelas especificidades de cada território e da população.

O território não pode ser visto apenas como um suporte físico para as actividades humanas. O território deve ser encarado como um recurso e devem ser valorizadas as especificidades entre espaços naturais e espaços construídos.

As tecnologias e os sistemas de informação geográfica são instrumentos de recolha, análise, modelação, visualização e disponibilização de dados geográficos essenciais, nomeadamente no domínio da Administração Pública. O sistema de informação geográfico terá que considerar as especificidades dos seus utilizadores. O SIG deve estabelecer-se como um instrumento de suporte às actividades de planeamento territorial, mas é necessária, uma constante actualização de dados.

Como descrito em *Municípios, Ordenamento do Território e Sistemas de Informação Geográfica*: “Um município que disponha de um SIG orientado para a gestão do território está em condições de o fazer migrar para o espaço da Internet. Nestas condições, estes Sistemas favorecem, como já se defendeu, um maior acesso à informação ligada aos planos e, conseqüentemente, um reforço da relação entre o município e o cidadão, entre os administradores e os administrados.

Ter um SIG na “ponta dos dedos”, via Internet, para poder traçar ou sobrepor mapas, visualizar e inquirir as plantas de ordenamento, personalizar as pesquisas de informação geográfica, reforça as possibilidades de participação pública nas decisões que transformam o território”.

Referências bibliográficas

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE (2007). *Carta Educativa do Município de Alcochete*. Alcochete, CMA [Fevereiro 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE (2009). *Carta Estratégica do Concelho de Castro Verde, Volume 1 – Roteiro para um Novo Ciclo de Desenvolvimento*. (Disponível em: http://www.cm-castroverde.pt/cm_castroverde/images/CartaEstrategica.pdf) [Fevereiro de 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (2008). *Carta Educativa do Município de Coimbra* [Fevereiro 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2001). *Estudo de caracterização económica sobre as áreas urbanas de génese ilegal no concelho de Odivelas – relatório final*, Odivelas, CMO [Janeiro de 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2003). *Diagnóstico das expectativas dos actores económico, da formação e do emprego do concelho de Odivelas*, Odivelas, CMO [Outubro 2011]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2003). *Caracterização Preliminar das Empresas e do emprego no concelho de Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas – Departamento de Planeamento Estratégico*, Odivelas, CMO [Novembro 2011]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2003). *Estudo de orientação para o planeamento do concelho de Odivelas – Departamento de Planeamento Estratégico Câmara Municipal de Odivelas*, Odivelas, CMO [Janeiro de 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2004). *Análise Sócio – Económica e Empresarial do Concelho de Odivelas*, Odivelas, CMO [Novembro 2011]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2005). *Caracterização e Diagnóstico do Território Municipal – Síntese / PDM – Anteprojecto do Plano, Odivelas*, CMO [Novembro 2011]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2009). *Caracterização do Território – Estrutura e Funções Sociais / Plano Director Municipal*, Volume 4.2, Odivelas, CMO [Janeiro 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS. *Estudo sobre o comércio tradicional na cidade de Odivelas*, Odivelas, CMO [Dezembro 2011]

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS (2012). *Pré Diagnóstico – Panorama Habitação*, Odivelas, CMO [Janeiro 2012]

CÂMARA MUNICIPAL DE TONDELA (2011). *Plano Director Municipal de Tondela, Estudo Sócio – Económico, Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura*, Tondela, CMT [Fevereiro 2012]

CAE – Classificação das Actividades Económicas - Decreto – Lei n.º 381/07 “ D.R. 1.ª Série” N.º 219 (14 de Novembro de 2007) [Setembro 2012]

Departamento de actividades económicas do município de Odivelas e FCSH (SociNova) (2001) - *Estudo de caracterização económica sobre as áreas urbanas de génese ilegal no concelho de Odivelas* [Fevereiro 2012]

DGOTDU – *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*, colecção informação 6, 2002 [Setembro 2012]

DGOTDU – *Servidões e restrições de utilidade pública* [Setembro 2011]

DUARTE, M. M.; PEREIRA J. M. (2005). *Técnicas de Comunicação Escrita: Princípios Orientadores do Relatório de Estágio*, Barcelos, Escola Superior de Gestão Instituto Politécnico do Cávado e do Ave [Março 2012]

GÜELL, José Miguel F. *Planificación Estratégica de Ciudades*. Barcelona, G. Gili, 2000 [Setembro 2012]

Instituto Nacional de Estatística (2012) – *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, Lisboa, INE [Dezembro 2011]

RAN – Reserva Agrícola Nacional - Decreto – Lei n.º 73/2009 “D.R. 1ª Série” N.º 63 (31 de Março 2009) [Setembro 2012]

REN – Reserva Ecológica Nacional - Decreto – Lei n.º 166/2008 “D.R. 1ª Série” N.º 162 (22 de Agosto) [Setembro 2012]

TENEDÓRIO, José António; Henriques, Cristina Delgado; Silva, João Carlos. *Municípios, Ordenamento do Território e Sistemas de Informação Geográfica*. [Setembro 2012]

Índice de Figuras

Figura 1) Plano de tarefas do estágio	Pág.7
Figura 2) Distribuição das empresas por freguesia	Pág.20
Figura 3) Distribuição de empregados por freguesia	Pág.21
Figura 4) Distribuição de empresas por CAE	Pág.22
Figura 5) Empregados por CAE	Pág.23
Figura 6) Volume de vendas por freguesia	Pág.24
Figura 7) Volume de vendas por CAE	Pág.24
Figura 8) Quantidade de empresas por ano de início	Pág.25
Figura 9) Quadro de avaliação de áreas do PDM	Pág.34

Índice de Mapas

Mapa 1) Acessibilidades ao concelho de Odivelas	Pág.15
Mapa 2) Distribuição das empresas no concelho de Odivelas	Pág.18
Mapa 3) Proporção de empresas no concelho de Odivelas	Pág.19
Mapa 4) Acessibilidades regionais à freguesia de Odivelas	Pág.27
Mapa 5) Transportes de passageiros	Pág.29
Mapa 6) Serviço de restauração	Pág.31
Mapa 7) Enquadramento no ordenamento do Território	
Secção C	Pág.35
Mapa 8) Enquadramento no ordenamento do Território	
Secção E	Pág.36
Mapa 9) Enquadramento no ordenamento do Território	
Secção G	Pág.37
Mapa 10) Enquadramento face à RAN	Pág.39
Mapa 11) Enquadramento face à REN	Pág.42
Mapa 12) Riscos Ambientais	Pág.45

ANEXOS

Definições

Actividade económica: Resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Agentes económicos são conjuntos de elementos que intervêm na actividade económica. A classificação dos agentes económicos é feita com base em critérios funcionais, baseado nas funções exercidas.

AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal

CAE – Classificação das Actividades Económicas: Decreto Lei n.º381/2007 “O presente decreto -lei estabelece a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3, adiante designada por CAE — Rev. 3, que constitui o quadro comum de classificação de actividades económicas a adoptar a nível nacional”.

CMO – Câmara Municipal de Odivelas

Comércio por grosso/grossista: Caracteriza-se por os produtos serem vendidos em grandes quantidades, geralmente a outros comerciais, intermediários na cadeia que leva os produtos até ao consumidor final.

Despesas com pessoal: Inclui todas as espécies de remunerações principais, de abonos e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominal individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela

Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos escritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Empresa: Entidade jurídica (pessoa singular ou colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia da decisão, nomadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias actividades, em um ou vários locais. Têm como principais funções a produção e a distribuição de bens e serviços;

Estado: Tem como principal função, não só a produção de bens e de serviços com a finalidade de satisfazer as necessidades da população como, também tem a função de redistribuir os rendimentos. Como a actividade económica cria desigualdades económicas e sociais o Estado tem o papel de minimizar as desigualdades através da transferência de rendimentos, fá-lo através da desigual incidência da carga fiscal e também pela atribuição de transferências sociais para classes mais carenciadas.

Famílias: A sua principal função enquanto agente económico consiste em consumir os bens e serviços postos à sua disposição pelas empresas;

Indústria: Está actualmente caracterizada por diversos significados, desde uma empresa de pequeno porte até uma fábrica de qualquer tamanho de um parque industrial que trabalhe com a actividade de transformação.

Pessoal ao serviço: Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários - gerentes, familiares não remunerados, membros

activos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex. :trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex. : prestadores de serviços, também designados por “recibos verdes”).

PDM – Plano Director Municipal

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

SIG – Sistema de Informação Geográfica

Venda de bens e serviços: Receitas com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento. Inclui também os recebimentos da prestação de serviços.

Volume de negócios: Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

ANEXOS de Tabelas

Tabelas auxiliares ao projecto

FREGUESIAS	TOTAL EMPRESAS	%	NÚMERO EMPREGADOS	%	VOLUME VENDAS(milhares de euros)
Caneças	129	3,87	743	7,12	56486248
Famões	144	4,32	915	8,77	98760316
Odivelas	1864	55,93	3966	38,03	358291342
Olival Basto	72	2,16	321	3,08	24127424
Pontinha	699	20,97	2283	21,89	234716282
Póvoa de Santo Adrião	228	6,84	1367	13,11	163123155
Ramada	191	5,73	702	6,73	70606061
TOTAL	3327		10297		1006110831
Sem registo	6	0,18	132	1,27	21213881
TOTAIS	3333	100	10429	100	1027324713

Tabela1) Distribuição das empresas, número de empregados e volume de vendas por freguesia

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010

CAE	TOTAL EMPRESAS	%	NÚMERO EMPREGADOS	%	VOLUME VENDAS(milhares de euros)	%
10 - Indústrias alimentares	56	1,68	607	5,82	22555390	2,195
13 - Fabricação de têxteis	26	0,78	146	1,4	7134620	0,694
14 - Indústria de vestuário	51	1,53	162	1,55	5051876	0,492
15 - Indústria do couro	5	0,15	18	0,17	649975	0,063
16 - Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	25	0,75	46	0,44	968415	0,094
17 - Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	5	0,15	25	0,24	6683497	0,65
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados	74	2,22	613	5,88	41291067	4,019
20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas	8	0,24	43	0,41	3076426	0,299
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	17	0,51	120	1,15	5849835	0,569
23 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	17	0,51	142	1,36	7356870	0,716
24 - Indústrias metalúrgicas de base	2	0,06	11	0,105	461730	0,045
25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas	143	4,29	630	6,04	30396967	2,96
26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos electrónicos e de telecomunicações	9	0,27	29	0,28	1447630	0,141
27 - Fabricação de equipamento eléctrico	13	0,39	68	0,65	7204136	0,701
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos	43	1,29	260	2,49	24539552	2,389
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e tractores	6	0,18	17	0,16	603604	0,059
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	1	0,03	5	0,048	624389	0,061
31 - Fabricação de mobiliário e de colchões	65	1,95	252	2,42	10687663	1,04
32 - Outras indústrias transformadoras	39	1,17	568	5,45	40674109	3,959
33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	37	1,11	192	1,84	18389189	1,79
35 - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar condicionado	3	0,09	11	0,105	507497	0,049
38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos, valorização e actividades similares	10	0,3	294	2,82	53902555	5,247
39 - Descontaminação e actividades similares	1	0,03	3	0,03	210176	0,021
45 - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	399	11,97	1360	13,04	139852437	13,613
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos	754	22,62	2355	22,58	365510030	35,58
47 - Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis	1521	45,64	2452	23,51	231695066	22,55
Sem registo	3	0,09				
TOTAL	3333	100	10429	99,988	1027324713	99,996

Tabela2) Distribuição de empresas, número de empregados e volume de vendas por CAE;

Fonte: Elaboração própria; Dados CMO 2010